

FORMAÇÃO PROFISSIONAL ADEQUADA À ECONOMIA LITORÂNEA

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
FUNDAÇÃO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

FORMAÇÃO PROFISSIONAL ADEQUADA
À ECONOMIA LITORÂNEA

CURITIBA
JULHO/1981

F981f

Fundação IPARDES

Formação profissional adequada à economia
litorânea. Curitiba, 1981.

82 p.

1. Mão-de-obra - Formação - Paraná (Litoral).
I. Título.

CDU 331.86.001.1(816.22)

FUNDAÇÃO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL-IPARDES

CARLOS AUGUSTO ALBUQUERQUE - Diretor-Presidente

AUGUSTO CESAR DE CAMARGO FAYET - Coordenador Técnico

EQUIPE TÉCNICA

IRIA ZANONI - Socióloga

MARIA TARCISA SILVA BÉGA - Socióloga (Coordenadora)

NEY FIDELIS BICHARA - Economista

S U M Á R I O

EQUIPE TÉCNICA.....	ii
INTRODUÇÃO.....	1
1 - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DO ESTUDO.....	5
2 - O MERCADO DE TRABALHO EM PARANAGUÁ.....	11
2.1 - NECESSIDADE DE TREINAMENTO DE MÃO-DE-OBRA PARA AS EMPRESAS EM PARANAGUÁ.....	11
2.2 - ALTERNATIVAS DE SOBREVIVÊNCIA DA POPULAÇÃO CARENTE URBANA.....	15
2.3 - TENDÊNCIAS GERAIS DA ECONOMIA DE PARANAGUÁ.....	22
2.4 - CONCLUSÕES.....	26
3 - PROPOSTAS DE AÇÃO.....	30
3.1 - REMUNERAÇÃO DOS TREINANDOS.....	30
3.2 - PROPOSTAS A NÍVEL DE MERCADO FORMAL.....	32
3.2.1 - Cursos na Área de Manutenção Industrial.....	34
3.2.2 - Cursos na Área de Acabamento para Cons- trução Civil.....	36
3.2.3 - Treinamento na Área de Supervisão e Se- gurança do Trabalho.....	38
3.2.4 - Curso de Relações Humanas.....	40
3.2.5 - Cursos na Área de Serviços de Venda em Geral.....	40
3.3 - PROPOSTAS A NÍVEL DE POPULAÇÃO CARENTE.....	42
3.3.1 - Treinamento na Área de Reparação Doméstica....	44
3.3.2 - Apoio à Associação de Artesãos.....	46
3.4 - RESUMO DOS CUSTOS DO PROGRAMA DE TREINAMENTO....	49
ANEXO 1 - TABELAS	51
ANEXO 2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	82

INTRODUÇÃO

A proposta de elaboração de um programa de formação de mão-de-obra para o Litoral faz parte de um projeto mais amplo para a região - o Programa de Apoio à População Carente do Litoral - PROLITORAL. Este Programa representa o esforço da atual administração estadual em realizar um planejamento alternativo no sentido não só de atender os estratos mais carentes da população, mas de promover o envolvimento dessas comunidades na discussão e solução de seus problemas.

Tais objetivos específicos do Plano de Governo foram tomados como orientadores das ações propostas: o "aumento da renda real pessoal" - de forma direta, através da intervenção sobre a economia para equilibrar o crescimento da renda auferida pela população; e, de forma indireta, possibilitando à mesma o acesso a serviços básicos como saúde, educação, saneamento, etc - e a "difusão espacial do bem-estar", com ênfase na adequação das cidades como prestadoras de serviços.

Nessa perspectiva, foram desenvolvidas no PROLITORAL investigações sobre os estratos da população considerados carentes - pescadores artesanais, pequenos produtores rurais, desempregados e subempregados urbanos - que resultaram em uma série de propostas de ação e também na constatação da necessidade de novos estudos sobre algumas questões surgidas no decorrer do

projeto. É o caso do atual estudo, resultado da constatação de algumas deficiências nos programas de preparação de mão-de-obra desenvolvidos na região, na medida em que não atendiam de forma satisfatória as necessidades das empresas, bem como o segmento mais pobre da população urbana no sentido de lhe proporcionar melhores condições de vida.

No tocante às empresas, esse não atendimento ocorre basicamente em dois níveis: o primeiro, e o mais evidente, é que nem sempre os programas de preparação de mão-de-obra obedecem, em termos quantitativos, às reais necessidades das empresas, ou formam um excesso de pessoal em determinados setores ou ocupações, ou menos que o necessário.

O segundo nível abrange os aspectos qualitativos do problema: mesmo que a quantidade formada seja adequada, o grau de qualificação dado nos cursos fica aquém do exigido pelas empresas. Essa inadequação em termos qualitativos faz com que não seja possível o aproveitamento da população treinada no local e as empresas buscam em outros lugares a mão-de-obra com a qualificação exigida.

Esse desconhecimento por parte dos órgãos responsáveis pelo treinamento, da real demanda de mão-de-obra das empresas, bem como das condições de sobrevivência da população que não tem acesso ao mercado de trabalho, gera um descompasso entre a oferta de cursos de formação profissional e as possibilidades de absorção do pessoal treinado.

Todos estes fatores contribuem para que a parcela da população treinada que permanece fora do mercado de trabalho, funcione, na verdade, como reserva de mão-de-obra para as em-

presas, diminuindo o poder de barganha dos empregados em termos de melhoria nas suas condições de trabalho e de renda.

Visando diminuir, em parte, estes problemas, foi proposto o estudo aqui apresentado, cujo objetivo básico é a elaboração de um programa de formação de mão-de-obra que atenda às necessidades das empresas e da população carente urbana-desempregados e subempregados - adequando essas necessidades às tendências gerais da economia.

Para que se pudesse atingir esse objetivo, realizou-se uma pesquisa de campo com dois universos: as empresas e a população carente.

No caso das empresas, foi aplicado um formulário cujas variáveis básicas pudessem dar subsídios ao programa de treinamento. O estudo não pretendeu dar conta com exatidão de quantas pessoas, por setor da economia ou por ocupação, devem ser treinadas. A pesquisa restringiu-se a verificar as necessidades relativas de mão-de-obra, a partir da demanda atual das empresas, das propostas de expansão das mesmas e de novos investimentos a serem realizados em outras atividades.

No caso da população carente, a análise centralizou-se nas formas atuais de sobrevivência dessa população. Através de entrevistas com pessoas que detêm representação nas comunidades carentes (localizadas espacialmente na periferia), bem como pessoas mais antigas na comunidade, tentou-se identificar não só os problemas que essa população enfrenta para ingresso no mercado de trabalho, mas também as formas como sobrevive.

A apreensão das formas de sobrevivência permitiu obter

subsídios para se propor alternativas de formação profissional que possibilitem uma melhoria nos níveis de remuneração dessa população que está fora do mercado de trabalho formal.

O tempo restrito para a realização do trabalho e a dificuldade na obtenção das informações, principalmente cadastro de empresas e mensuração da população carente, condicionaram as características da pesquisa de campo, tanto a nível de empresa como de população, não sendo possível o uso de critérios rígidos de amostragem.

No caso das empresas, foi possível apenas uma pré-seleção a partir da informação do número de empregados, informação essa incompleta, tendo em vista que não se obteve a mesma para todas as empresas listadas.

No caso da população carente, fez-se uma identificação das áreas e grupos homogêneos de população, principalmente com base nas informações do PROLITORAL.

A análise dos resultados da pesquisa está apresentada em 5 itens: Caracterização geral do litoral, Análise parcial das empresas e necessidades de mão-de-obra em Paranaguá, Formas atuais de sobrevivência da população carente urbana, Tendências gerais da economia e Propostas de Ação.

Os limites do trabalho estão condicionados basicamente ao fato de não ter sido possível apresentar propostas que estejam vinculadas a definições mais amplas em termos de uma política econômica em geral, que impliquem numa melhor distribuição de renda e, conseqüentemente, numa melhoria das condições de sobrevivência da população-alvo da pesquisa.

1 - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DO ESTUDO

O modelo de desenvolvimento paranaense, calcado em parte na agricultura de exportação, direcionou o processo de ocupação do Estado; mas o Litoral não se integrou a esse processo. Tomando-se as informações da participação dessa microrregião no Estado, verifica-se que em 1950 detinha 2,73% da população total e em 1970, 1,67%.

Esta perda de posição no volume total da população é acompanhada, entretanto, por um crescente processo de urbanização, que se concentra cada vez mais no município de Paranaguá. Em termos numéricos, enquanto o Paraná em 1970 apresentava uma taxa de 36,4%, o Litoral possuía 68,9% da sua população residindo em zona urbana (tabela 1).

Recentemente, segundo os dados preliminares do Censo de 80, verificam-se algumas alterações na posição do Litoral no Estado. Enquanto o Paraná como um todo apresenta uma taxa geométrica de crescimento anual de apenas 0,94% no último decênio, o Litoral cresce 2,23% no mesmo período. Este crescimento, embora seja maior em números absolutos em Paranaguá, é bastante significativo em todos os outros municípios, à exceção de Antonina e Guaraqueçaba.

Com relação à urbanização, cabe destacar que se o Litoral já em 70 apresentava uma taxa superior à do Estado, em 80

TABELA 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE DO LITORAL PARANAENSE E TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL - 1970-1980

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO RESIDENTE								
	URBANA			RURAL			TOTAL		
	1970	1980	Taxa de Crescimento	1970	1980	Taxa de Crescimento	1970	1980	Taxa de Crescimento
Antonina	11 529	12 945	1,16	4 919	3 601	(3,07)	16 448	16 546	0,06
Guaraqueçaba	1 348	1 313	(0,26)	6 300	6 411	0,17	7 648	7 724	0,10
Guaratuba	5 713	9 482	5,20	4 021	3 546	(1,25)	9 734	13 028	2,96
Matinhos	3 155	5 146	5,01	1 162	876	(2,78)	4 317	6 022	3,38
Morretes	3 477	5 819	5,28	6 599	7 584	1,40	10 076	13 403	2,89
Paranaguá	52 125	73 356	3,47	10 202	10 062	(0,14)	62 327	83 418	2,96
Litoral Paranaense	77 347	108 061	3,40	33 203	32 080	(0,34)	112 310	140 041	2,27
Paraná	2 504 378	4 472 406	5,97	4 425 490	3 159 072	(3,31)	6 929 868	7 631 478	0,97

FONTE: FIBGE - CENSO DEMOGRÁFICO - 1970 e Resultados Preliminares do CENSO DEMOGRÁFICO-1980.

mantém esta posição embora o Paraná como um todo tenha apresentado um crescimento significativo de população urbana. Na verdade, enquanto esta microrregião passa de 68,9% para 77,2% da população total residindo em zona urbana, o Paraná passa de 36,14% para 58,60% no mesmo período.

As transformações pelas quais passou o Litoral Paranaense são as responsáveis por esta sua posição hoje, e principalmente pelo peso cada vez maior da cidade de Paranaguá como pólo regional. A diminuição absoluta da população rural, via expulsão dos trabalhadores sem terra e de pequenos proprietários, parece ser o elemento básico de explicação do crescimento das sedes urbanas e de Paranaguá em particular. O caminho percorrido por grande parte dessa população rural, é migrar para a periferia de Paranaguá e com isso engrossar a já significativa parcela de população de baixa renda. Somente este dado permite concluir que o crescimento da cidade-pólo se dá não tanto pelo desenvolvimento das atividades econômicas mais dinâmicas, mas principalmente pela falta de alternativa de trabalho no campo para os trabalhadores rurais.

A expansão das atividades de veraneio, tanto no município de Paranaguá (desde Pontal do Sul até a Praia de Leste) como em Guaratuba e Matinhos, também é um fator do crescimento urbano do Litoral. Esta população urbana se constitui não apenas de pessoas de fora da região que fixam residência nos balneários, mas também de migrantes rurais da própria região, que procuram esses aglomerados urbanos e se vinculam em boa medida às atividades de manutenção e conservação de residências e prestação de serviços em geral.

Com relação a Paranaguá em particular, conforme já foi analisado em outros trabalhos,¹ a divulgação da modernização do porto no início e meio da década de 70, e recentemente, dos investimentos realizados na cidade (Ponta do Poço*), atraíram uma nova leva de migrantes. Como nem sempre se constituem de trabalhadores com experiência e especialização para as atividades urbanas, vêm engrossar o estrato de baixa renda.

As alternativas de absorção dessa população disponível, até pouco tempo, não têm sido muitas. Além do porto, com as suas atividades vinculadas, e do setor público municipal que são hoje os grandes empregadores, somente as indústrias de fertilizantes possuem representatividade na oferta de empregos.

O ramo do Comércio de Mercadorias, em que pese a existência de algumas empresas de porte, se constitui em essência, de pequenas unidades familiares.

As atividades do setor de serviços, excetuando-se os serviços públicos (e que apresentam também pouca elasticidade em termos de absorção de mão-de-obra), constituem-se, da mesma maneira que no comércio, de um grupo expressivo de trabalhadores autônomos e de pequenas empresas familiares, de restrita demanda de mão-de-obra.

¹ FUNDAÇÃO IPARDES. PROLITORAL - Programa de Apoio à População Carente do Litoral - diagnóstico e propostas de ação. Curitiba, 1980. p.147-65.

*Esses investimentos referem-se à instalação do canteiro de obras de um consórcio de empresas para construção de plataformas marítimas de prospecção de petróleo, encomendadas pela PETROBRÁS. Devido a uma série de vantagens geográficas, esta obra está localizada em Ponta do Poço, no município de Paranaguá e próximo à Praia de Pontal do Sul.

Em outro extremo está o Porto de Paranaguá, com um volume de empregados em torno de 1 000 pessoas, e que tem ainda vinculado a ele, em torno de 2 000 trabalhadores de estiva*. Conforme já analisado no estudo de Viabilidade de Aumento no Volume de Exportação de Carga Geral pelo Porto de Paranaguá², a transformação do mesmo em porto predominantemente graneleiro, não só liberou mão-de-obra, num primeiro momento, como também não apresentou, posteriormente, uma absorção de maior significado. Entretanto, as alterações ocorridas com relação aos produtos anteriormente exportados - com predominância do café - fez com que se desarticulasse a estrutura de comercialização instalada em Paranaguá.

De mais ou menos 70 armazéns gerais em atividade no final da década de 60, hoje não mais de 20% estão em atividade. O que deve ser considerado é que em cada um deles havia ensacadores de café, pessoal de escritório, pessoal de administração, sem contar os motoristas autônomos que eram responsáveis pela movimentação das cargas entre os armazéns e o porto. Apenas em uma visita pela cidade já se observa a transferência gradativa das instalações desses estabelecimentos em sedes de indústrias de fertilizantes, embora a grande maioria permaneça fechado praticamente o ano todo.

*Estes trabalhadores são autônomos e vinculados ao sindicato de categoria (estivadores, arrumadores, consertadores, conferentes e vigias portuários). Trabalham dentro do porto, através da intermediação que o sindicato faz entre eles e os responsáveis pelas cargas e descargas dos navios.

²FUNDAÇÃO IPARDES. Viabilidade de aumento no volume de exportação de carga geral pelo Porto de Parana-gua. Curitiba, 1981

Outra atividade que absorve um volume expressivo de mão-de-obra é o serviço público municipal. Segundo informações obtidas junto à prefeitura local, existem hoje em torno de 1 300 funcionários. Entretanto, é sabido que a capacidade de crescimento, neste caso, é determinada por fatores externos, como por exemplo, a dependência de recursos oriundos do Estado e União para que a administração municipal possa prestar outros serviços e absorver mais pessoal.

No setor secundário, a concentração se dá nas indústrias de fertilizantes, que hoje possuem mais ou menos 1 000 empregados, bem como nas recentes obras em Ponta do Poço, que hoje estão absorvendo entre 1 500 a 2 000 pessoas.

Em síntese, estas são as principais áreas de absorção de mão-de-obra, que, se comparadas com o volume total de moradores, permite afirmar que existe um número significativo de pessoas em idade produtiva, sem emprego. Este fator, aliado à concentração populacional na zona urbana de Paranaguá (que sozinha representa 52,39% da população total da microrregião, e 67,89% de todos os residentes urbanos do litoral), foram os determinantes na escolha desta cidade para ser realizada a pesquisa de campo.* Os outros municípios foram excluídos por serem sedes urbanas de pequeno porte, e, em consequência, possuírem um volume muito menor de população de baixa renda. Além disso, com algumas exceções, não possuem uma rede de empresas com muitas possibilidades de expansão de empregos.

*Os critérios da pesquisa de campo estão detalhados no Anexo 2.

2 - O MERCADO DE TRABALHO EM PARANAGUÁ

2.1 - NECESSIDADES DE TREINAMENTO DE MÃO-DE-OBRA PARA AS EMPRESAS EM PARANAGUÁ

Existem em Paranguá 1 462 empresas, das quais mais de 80% pertencem ao ramo de serviços e comércio em geral e 10% ao de indústria (tabela A.1). Deste total foram selecionadas as empresas com mais de 20 empregados, correspondendo a 67, porém apenas 42 responderam as informações solicitadas. As variáveis pesquisadas foram: ramo de atividade (principal e secundária), número de funcionários, necessidade e tipo de treinamento com número de pessoas, escolaridade exigida, equipamentos necessários, disponibilidade de mão-de-obra no mercado, área de atuação, capacidade ociosa da empresa e expansão pretendida (Anexo 2).

Os ramos de maior importância dentro da economia de Paranguá, tanto em termos de absorção de mão-de-obra como de concentração de empresas, são o de Fertilizantes, Construções Metálicas e Construção Civil, além da Administração dos Portos de Paranguá e Antonina-APPA.

As empresas que mais absorvem mão-de-obra, são as fábricas de estruturas metálicas com mais ou menos 1 500 empregados. Estão localizadas em Ponta do Poço e se destinam à fabricação de plataformas marítimas, encomendadas pela PETROBRÁS. Em segundo lugar vêm as indústrias de fertilizantes, atualmente em

número de treze, que oferecem aproximadamente 1 000 empregos diretos.

Com relação ao ano de início das atividades e dependência administrativa, verifica-se que a maior parte das empresas são filiais instaladas a partir de 1970 (tabelas A.2 e A.3). Na realidade, o parque industrial de Paranaguá é bem recente, e mais ou menos 60% das empresas pesquisadas têm aproximadamente 10 anos de existência, o que vem demonstrar que a partir de 1970, e principalmente após 1975, com a instalação de uma série de indústrias, a economia da região começa a acelerar o seu crescimento e dinamismo (tabela A.4).

Apenas 16 empresas apontaram que necessitam de treinamento para seus funcionários (tabela A.5). As outras declararam que o treinamento é dado na própria empresa, através da experiência gradual dentro das funções e também que o grau de qualificação exigido para determinada função é muito baixo, ou ainda que seu quadro de funcionários é treinado através de cursos já existentes na cidade (tabela A.6).

Atualmente, no ramo de Fabricação de Estruturas Metálicas, instalado em Ponta do Poço, há grande falta de soldadores especializados na soldagem de tubulações de chapas metálicas e estruturas. Para esse tipo de trabalho não se requer escolaridade alguma, apenas experiência.

Os conhecimentos básicos sobre solda são dados pelos cursos do SINE, porém em nível elementar para as exigências que a função requer. As empresas do ramo aceitam os funcionários após um teste, que passam a se especializar neste determinado tipo de soldagem. Posteriormente são destacados para o traba-

lho concreto. O recrutamento para este tipo de função é feito em geral em todo o Brasil, porque na região existe pouca gente com conhecimento no ramo e que se sujeite aos níveis de salário oferecidos.

Existe também um acerto entre as diversas empresas montadoras em não aceitar aquele funcionário que é demitido ou se demite. Isto vem criar sérios problemas aos trabalhadores porque, uma vez aceito em determinada empresa, devem se submeter ao ritmo de trabalho, salário e demais condições; pois caso deixe o emprego, obrigatoriamente terá de deixar a região ou mudar de profissão, já que este é um mercado de trabalho restrito.

Grande parte do pessoal empregado nas indústrias de fertilizantes é desqualificado, dado ao tipo de atividade que desenvolve. Essas indústrias requerem, em determinadas áreas, desde mecânicos, encarregados de grupos, assessor administrativo, supervisor de segurança, analista de laboratório até ensacadores, que necessitam de algum grau de especialização diferenciada, conforme a exigência de seu trabalho. Em geral a mão-de-obra qualificada, não é facilmente encontrada na região, obrigando algumas empresas a contratar elementos em outras cidades, principalmente em Curitiba, ou trazê-los de outras unidades de suas empresas.

Na área de construção civil existe um elevado número de trabalhadores, em sua maioria não-qualificados. Como executam a parte mais pesada do trabalho muitas vezes não têm condições de dar o acabamento final que determinadas obras requerem. Assim, atualmente existe um déficit de trabalhadores para essas ativi-

dades (pintura, assentamento de piso, azulejistas, instalações elétricas, serviços de hidráulica, etc), com melhor qualificação do que o encontrado na região.

Face às perspectivas de ampliação do mercado e da economia litorânea, esses serviços deverão ser mais requisitados nos próximos anos, abrindo novas oportunidades de emprego. Este assunto será melhor desenvolvido no item 2.3.

Em termos de ociosidade, quase 50% das Indústrias em Geral, Construção Civil e Indústrias de Utilidade Pública, operam com capacidade ociosa. Dentre elas apenas uma declarou alguma pretensão em realizar ampliação em seu estabelecimento ou parque de máquinas. O que existe é uma relativa redução de produção, em decorrência dos problemas de safra e de mercado (tabela A.7).

As empresas de fertilizantes aguardam uma definição mais clara da política de fertilizantes, por parte do Governo Federal; e em função disso não iniciaram novas construções ou ampliações, apesar das facilidades oferecidas pela APPA.

Na área de transportes marítimos existe também algum espaço para operador de embarcações, mecânicos e torneiros, porém dificilmente são encontrados elementos qualificados nestas áreas restringindo assim sua reposição, porque em geral os especialistas estão sempre empregados. O grau de escolaridade exigido para o preenchimento dessas funções é baixo, não indo além do ensino de 1º grau.

Dentro da área de comércio, as necessidades de mão-de-obra concentram-se principalmente em balconistas e treinamento

em relações humanas. A exigência de escolaridade varia entre os cursos primário e ginásial.

A partir dos elementos disponíveis aqui analisados, pode-se definir quais as áreas de maior importância e quais as que mais absorvem mão-de-obra em Paranaguá.

Estas informações possibilitaram a elaboração de propostas de treinamento dentro de áreas específicas, na tentativa de sanar pontos de estrangulamento das indústrias e do comércio, procurando melhorar também o nível de qualificação de parte de mão-de-obra existente no Litoral, ou formando novos quadros.

2.2 - FORMAS ATUAIS DE SOBREVIVÊNCIA DA POPULAÇÃO CA- RENTE URBANA

O crescimento urbano de Paranaguá na última década não foi acompanhado no mesmo nível por uma ampliação nos investimentos urbanos e, conseqüentemente, de um aumento na oferta de empregos. Além disso, a política de mecanização do Porto fez com que diminuíssem as oportunidades de trabalho nesta área e se mantivesse, atualmente, apenas o nível de reposição da mão-de-obra já empregada.

Esses foram alguns fatores que contribuíram para que aumentasse o estrato da população marginalizada que sobrevive, basicamente, através de biscates,* como subempregada. O

*Algumas características de quem faz biscates são a irregularidade e intermitência da ocupação, ausência de vínculos contratuais formais, baixo nível de produtividade e remuneração, etc.

subemprego nada mais é que expedientes usados pela população desempregada para se manter enquanto espera a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho formal, onde consiga obter uma remuneração regular e o amparo das leis trabalhistas.

Isso não significa que o assalariado não faça também parte dessa população marginalizada. Pelo contrário, entre os assalariados há os que recebem uma remuneração mais satisfatória, geralmente em atividades do setor mais moderno da economia, mas há, e em número bem significativo, os que têm uma remuneração bem abaixo dos níveis mínimos de sobrevivência, equivalente ao subempregado.

Também entre os não-assalariados (subempregados, em grande parte) as formas de sobrevivência e os níveis de vida são muito variáveis.

"Enquadram-se, nesta categoria tanto os que têm uma alta remuneração ("picaretas" de imóveis, por exemplo), até os que apenas desenvolvem um tipo de atividade que lhes permite um nível mínimo de sobrevivência. Encontram-se aqui o pequeno comércio ambulante ou feiras, a intermediação miúda, vários serviços pessoais, legais ou ilegais, como: rituais de magia, prostituição, transporte com carrinho de mão, jogo, lavadeira, engraxate, contrabandista, etc. Grande parte destas atividades são de caráter intermitente ou exercidas em tempo parcial, de baixa produtividade e remuneração".³

O que importa, no entanto, é que, tanto o assalariado de baixa renda como o não-assalariado, vivem situações de carência que, no essencial, os coloca em posições equivalentes. O

³HOFFMANN, Helga. Desemprego e subemprego no Brasil. In: FUNDAÇÃO IPARDES. PROLITORAL - Programa de Apoio à População Carente do Litoral - diagnóstico e proposta de ação. Curitiba, 1980. p.145.

fato de ter um salário em nada os diferencia em termos de sobrevivência, uma vez que a remuneração é baixa e a rotatividade constante, o que acaba nivelando-os por baixo. Tanto um como o outro reside em habitações deterioradas, que não atendem às mínimas exigências de habitabilidade, em condições nutricionais precárias e sem possibilidade de acesso à saúde e educação.

A localização espacial da população carente se dá em toda a periferia e na Ilha de Valadares. Grande parte da população foi removida das regiões próximas ao cais e das áreas onde foram instaladas as indústrias de fertilizantes, para áreas distantes.

Essa remoção acarretou uma série de problemas, principalmente os decorrentes da distância do local de trabalho. Na medida em que a população se distancia das áreas centrais, deixa de beneficiar-se de uma série de serviços antes próximos. O transporte passa a onerar a família que deve dispendir parte significativa de seus rendimentos com a locomoção até o local de trabalho. A alimentação também encarece, pois, adquirida nos bairros, seus preços são bem acima daqueles dos supermercados centrais. O atendimento médico também é bastante precário. Restringe-se a alguns postos em algumas comunidades, além do INAMPS para os assalariados e Santa Casa, que está sempre com a capacidade inteiramente lotada. Os postos médicos não dão conta nem de atender à população das vilas onde estão instalados, pois funcionam apenas duas horas por semana. Para os moradores das áreas de remoção,* existe ainda um outro problema bem grave: se

*Vila Nova Divinéia, Vila Paraíso, Jardim Bom Menino, Bairro Posto Fiscal, Jardim Guaraituba, Jardim Santos Dumont e Vila América.

alguém ficar doente entre meia-noite e 6 horas da manhã não pode ser levado a um hospital, pois não existe ônibus neste horário e nem um telefone público para que se chame uma ambulância.

Além destas áreas de remoção, a população carente encontra-se em várias outras vilas, onde as condições são igualmente precárias: Vila Guarani, Vila Paranaguá, Porto dos Padres, Serraria do Rocha, Costeira, Rússia, etc. O que se verificou na pesquisa de campo é que, em todas elas, as formas de garantir a sobrevivência são inúmeras e envolvem toda a família: os homens trabalham no porto em épocas de safra, na caça ao caranguejo, em atividades de construção civil (principalmente como servente de pedreiro) e com biscates em geral (vendedores ambulantes). As mulheres também desenvolvem estas atividades, com exceção do trabalho no porto e na construção civil, além de todos os serviços domésticos remunerados: serventes, empregadas domésticas, lavadeiras, babás, cozinheiras, etc. As crianças caçam caranguejos, engraxam sapatos, vendem produtos alimentares caseiros junto ao porto na época de exportação da safra de soja.

Uma atividade bastante disseminada na região é o artesanato, normalmente desenvolvido por todos os membros da família. Para o litorâneo a produção de peças de artesanato se deu inicialmente em função da utilidade doméstica. Hoje está vinculada basicamente ao desenvolvimento do turismo. A produção é, em grande parte, composta de cestaria, cerâmica e peças de madeira e a forma em que é produzida se divide em dois grupos: aquela feita por encomenda, de maneira continuada, para um determinado intermediário e aquelas em que o artesão só produz quando aparece alguém interessado num determinado tipo de peça.

Tanto uma quanto outra propicia ao artesão uma renda suplementar mas, essa renda é tão baixa, que dificilmente ele pode dedicar-se exclusivamente a esse tipo de atividade.

O grande problema para os artesãos é a comercialização do produto. Para os que moram nas ilhas existe a dificuldade de venda dos produtos, já que a vinda ao centro de comercialização é onerosa. Daí esses artesãos só produzem quando existe alguém para comprar. Para os demais, a única alternativa é o intermediário, que remunera muito mal, não compensando ao artesão o desenvolvimento permanente desta atividade. Um exemplo típico é Dona Senhorinha,* da Ilha de Medeiros, que detém o conhecimento de uma técnica especial na produção de cerâmica. Hoje, pela dificuldade de comercialização, deixou de produzir. Uma das conseqüências, neste caso, é que uma técnica exclusiva de uma região acaba se perdendo, na medida em que a sua própria transmissão depende da produção.

Quando se pensa que, segundo um levantamento feito pela Secretaria de Estado da Cultura e Esporte,⁴ existem no litoral 737 artesãos, cujas famílias poderiam sobreviver razoavelmente desta atividade, chega-se à conclusão de que algumas medidas podem e devem ser tomadas para que se dê condições ao desenvolvimento do artesanato e que este se constitua num meio de vida de uma boa parcela da população de baixa renda.

*Informação coletada junto ao DETEPAR, em Paranaguá.

⁴PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura e Esporte. Levantamento e mapeamento do artesanato e artesãos. /Curitiba, s.d./mimeo.

Com a preocupação de eliminar este problema criou-se em 1978, a Cooperativa de Artesãos do Litoral. Pelas informações que se obteve no município de Paranaguá, a cooperativa não conseguiu nem iniciar seu funcionamento. Do ponto de vista das pessoas envolvidas, um dos fatores que contribuíram para que a cooperativa não funcionasse foi a falta de capital de giro inicial para a compra da produção. É provável que este tenha sido um dos fatores, mas não parece ser o único. O que se pode perceber é que, além deste problema, a cooperativa teve alguns "vícios de origem". Um deles, e talvez o principal, é que a organização da mesma se deu de cima para baixo. Ela foi resultado de um ato e não da organização dos artesãos como categoria. As experiências têm mostrado que dificilmente os problemas são resolvidos se as pessoas atingidas não participam diretamente na solução dos mesmos, desde a discussão inicial até as medidas práticas. Quer dizer: pensar em um apoio às atividades de artesanato significa ter muito claro a quem se pretende promover e como essas pessoas participariam dessa promoção.

Esses expedientes todos, acima relacionados, têm como resultado um rendimento totalmente consumido pela família. Conseqüentemente, a população carente se vê obrigada a usar de outros meios para garantir sua sobrevivência.

Uma dessas alternativas para essa população e que atinge uma parcela bem pequena da mesma, é a utilização de serviços assistenciais do governo, através de instituições como o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição-INAN, o Serviço de Obras Sociais - SOS, a Secretaria de Bem-Estar Social da Prefeitura, o Centro Social da Fundação Caetano Munhoz da Rocha (Hospital Infantil), a LBA e a Universidade Católica do Paraná.

O atendimento é dado principalmente às gestantes e seus filhos até um ano. Dependendo da instituição, as pessoas recebem uma complementação alimentar constituída de 1 a 2 quilos, por mês, de açúcar, fubá, arroz e feijão, e, no caso das crianças de 6 meses a 1 ano, leite e açúcar. Algumas instituições se restringem à distribuição de leite para gestantes e crianças até 1 ano e meio, aliando essa ajuda a um auxílio com remédios, atendimento médico e odontológico. É o caso do Centro Social do Hospital Infantil, que une o trabalho de pediatras, enfermeiras, senhoras do Rotary e estudantes de odontologia da Universidade Católica do Paraná. O centro dispõe de instalações próprias, com um consultório, sala de consultas e sala de aula para cursos. No caso de internamento de crianças são usados os leitos do Hospital Infantil.

A Secretaria de Bem-Estar Social da Prefeitura atende às solicitações de óculos, aparelhos ortopédicos, passagens de ônibus, material para construção de casas e, em alguns casos, alimentação.

Se este trabalho de assistência funciona em parte como paliativo, está bem longe de resolver o problema da população carente. Como já se colocou no início, a questão básica para esta população é uma atividade que propicie uma renda constante, suficiente para sobreviver em condições razoáveis.

Como as oportunidades dentro do mercado de trabalho são muito restritas, deve-se pensar em alternativas fora desse mercado. Em conversa com algumas pessoas das comunidades, o que se pôde perceber é que uma área que poderia absorver a população subempregada é a de reparação doméstica (conserto de ele-

trodomésticos, móveis e estofados, pedreiros, encanadores, eletrécistas, etc).

Um curso de capacitação profissional, nestas ocupações, muito mais que preparar mão-de-obra para as empresas, daria formação para o desempenho de atividades que não dependam do assalariamento e que sirvam de alternativas ao desemprego, ou à absorção pelo mercado de trabalho a níveis muito baixos de remuneração.

2.3 - TENDÊNCIAS GERAIS DA ECONOMIA DE PARANAGUÁ

O Litoral Paranaense teve um papel econômico importante no início do século, não conseguindo, posteriormente, acompanhar o ritmo de desenvolvimento agrícola e industrial emergente no Estado.

Paranaguá se destaca como o pólo mais desenvolvido da região dada a importância do seu porto. Até aproximadamente 15 anos atrás, ele contribuía sobremaneira para o desenvolvimento do Estado, chegando a ter armazenado 15 milhões de sacas de café, através das 43 companhias armazenadoras com mais de 70 armazéns.⁵

Gradualmente, as mudanças que vão sendo introduzidas na agricultura paranaense, trouxeram, como decorrência, profundas modificações na economia do Estado que, junto com a eliminação

⁵ PINHO, Luiz Antônio Amatuzzi de. A importância do Porto de Paranaguá no Programa Nacional dos Corredores de Exportação. /s.L./ Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, 1980.

de milhares de pés de café, vieram a afetar sensivelmente a estrutura de comercialização e embarque no Porto de Paranaguá.

Em decorrência das profundas transformações que vão ocorrendo na última década no interior da agricultura do Estado e, com sua produção destinada basicamente à exportação, houve necessidade de que o porto se adequasse a essa nova fase que se iniciava. No entanto, o Litoral como um todo não teve um desenvolvimento semelhante, ficando restrito ao seu mercado regional, apoiado em uma agricultura de subsistência.⁶

Somente a partir da implantação do Programa Nacional de Corredores de Exportação depois de 1972, começaram a melhorar as condições de recepção, armazenamento e embarque de grãos no Porto de Paranaguá. Ocorre, porém, que o porto mantém constante sua participação na pauta de exportações brasileiras, mudando apenas o tipo de produto exportado.

Todas essas transformações ocorridas trouxeram como consequência, modificações na estrutura das empresas da região, e as funções vinculadas à exportação de café foram reduzidas drasticamente. Isso fez com que todos aqueles que estavam vinculados a estas funções buscassem outras formas de sobrevivência e em outros lugares.

Esse contingente de mão-de-obra liberado, que não encontra trabalho em Paranaguá, passa a ser engrossado com a mi-

⁶ FUNDAÇÃO IPARDES. PROLITORAL - Programa de Apoio à População Carente do Litoral - diagnóstico e propostas de ação. Curitiba, 1980. p.6-11.

gração campo-cidade, dada a falta de alternativas de trabalho na zona rural. Situação esta agravada ainda mais pela esperança de emprego trazida pela modernização do porto, a qual na realidade não se concretiza.

O Comércio, por seu lado, permanece estacionário, dividido basicamente entre 10 grandes lojistas que dão emprego a aproximadamente 600 pessoas, e outros pequenos estabelecimentos de comércio. O setor Serviços não apresenta sinais de crescimento.

Apesar de toda estrutura montada com a modernização do Porto de Paranaguá, a instalação das indústrias de fertilizantes e a implantação recente das montadoras de estruturas metálicas em Ponta do Poço, que são os grandes empregadores atualmente, estes não têm sido suficientes para dar emprego a uma quantidade expressiva de mão-de-obra existente na região. Somese ainda, o crescente fluxo de trabalhadores de outros municípios e outros estados atraídos pelas ofertas das montadoras de plataformas marítimas.

Muito embora a situação geral da economia litorânea, principalmente de Paranaguá, venha crescendo lentamente, existe uma tendência para que, dentro dos próximos 5 ou 10 anos, haja um desenvolvimento pouco mais acelerado.

Dentro da área do porto, está prevista a construção de mais 300 metros de cais para dar condições de operação simultânea de grãos e farelos, visando eliminar problemas dentro da área chamada "Corredores de Exportação". Deverá ainda ser construído, com recursos do Programa de Modernização Energética, um Terminal para o "roll on/roll off", visando a redução

dos custos de transporte. Também deverá ser construído um Terminal de "Containers", com uma área especializada e dotada de equipamentos especiais para operações dessa natureza.

O crescente aumento do uso de fertilizantes pela lavoura, levou também que a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina se preocupasse em incentivar a ampliação da rede de misturadoras bem como das indústrias de produção de fertilizantes.

Apesar da importância deste ramo a nível econômico e como absorvedor de mão-de-obra, há que ressaltar um problema de extrema importância: a poluição hoje tão disseminada e pouco controlada. Assim sendo deve-se levar em consideração as conseqüências daí decorrentes, para se evitar maiores problemas no futuro.

Segundo informação da APPA, existe também incentivo para a instalação de indústrias de extração de óleos vegetais e produção de farelos destinados à exportação eliminando assim os custos de transporte, na medida em que estas unidades estariam operando junto ao porto. Atualmente já existe um projeto a ser implantado e outro em fase de estudos.

Ponta do Poço que hoje absorve em torno de 1 500 empregados, até início de 1982 deverá contar com aproximadamente 3 000 funcionários. Após a conclusão da encomenda feita pela PETROBRÁS de duas plataformas marítimas, deverão ser desenvolvidos novos projetos, dado o volume de investimentos efetuados pelas empresas construtoras. Caso isso ocorra, os níveis de emprego previstos para 1982 deverão ser mantidos, ou ampliados.

Um empreendimento de grande envergadura que deverá ser

desenvolvido dentro dos próximos anos, e que criará de imediato aproximadamente 700 empregos diretos, é a construção de uma plataforma flutuante de reparos navais.

Esta obra, única na América do Sul, servirá para que navios de grande porte passem a ser reparados aqui, não necessitando mais o seu deslocamento para estaleiros da Europa ou Estados Unidos.

Este projeto deverá ser o grande empreendimento vinculado ao Porto de Paranaguá, o qual certamente trará para a região um desenvolvimento paralelo, com empresas de apoio, abrindo novas oportunidades de trabalho.

Todos estes projetos a serem implementados dentro dos próximos anos deverão gerar empregos diretos e indiretos que, na medida das suas necessidades e dependendo do grau de qualificação da mão-de-obra existente na região, absorverão uma parcela significativa da mão-de-obra.

É importante ressaltar que o problema atual de mão-de-obra da região litorânea não decorre tanto do baixo nível de qualificação dos trabalhadores, mas sim da falta de oportunidade de emprego, que é responsável pela crise existente. Apesar de Paranaguá vir a ser um dos pólos dinâmicos do Estado, é de vital importância que se dê total atenção a esta região que teve um crescimento populacional na última década de quase 3,4% a.a., para que o problema do desemprego não seja um dos mais agudos no futuro.

2.4 - CONCLUSÕES

A história do país nos últimos anos tem demonstrado cla-

ramente que o desempenho econômico pode vir acompanhado de profundos problemas sociais e de quedas no padrão de vida da população, onde a mais atingida é sempre a de baixa renda.

No caso paranaense, à medida que a modernização da agricultura se amplia por todo o Estado e as dificuldades de sobrevivência no campo aumentam, a consequência natural é de que o êxodo rural continue a crescer.

Em menor escala, mas decorrente dos mesmos problemas, o Litoral sofre também esse incremento de camadas de população que vão aos poucos marginalizando-se nos grandes centros e que, neste caso, concentram-se em Paranaguá.

A ausência de políticas de emprego e de renda a nível nacional e estadual geram situações difíceis para os assalariados, subempregados e desempregados da cidade e do campo, situações estas agravadas ainda mais pela atual crise econômica.

Portanto, é importante ressaltar aqui o fato de que as propostas de ação apresentadas não têm o objetivo e a capacidade de dar soluções à questão do emprego em Paranaguá.

Estas propostas visam, dadas as limitações do estudo que as antecede, a atenuação dos problemas advindos da ausência de uma política agressiva de emprego. Ou seja, são medidas paliativas, que tendem basicamente a melhorar apenas as condições de vida de parte da população já empregada e subempregada.

Segundo informações prestadas pelo SINE, à época da pesquisa, estavam empregadas em Paranaguá aproximadamente 12 000 pessoas, assim distribuídas:

Trabalhadores no Porto	1 000
Trabalhadores de Estiva	3 000
Ponta do Poço	1 500
Indústrias	1 000
Bancos	300
Lojas	600
Pequeno Comércio	200
Supermercados	300
Farmácias	60
Oficinas Mecânicas	150
Exportação de Soja	1 000
Hotéis	100
Outros (comércio, serviços, etc)	3 000
TOTAL	12 210

Considerando que, em média, 1,5 pessoas trabalham por família, tem-se 8 000 famílias sustentadas por essa massa de empregados. Considerando também que cada família é composta por 5 pessoas em média, tem-se 40 000 pessoas sobrevivendo dos empregos existentes em Paranaguã.

Segundo resultados preliminares do Censo de 1980 da Fundação IBGE, em Paranaguã existem pouco mais de 73 000 habitantes na zona urbana. Se desta população 40 000 sobrevivem dos empregos existentes, restam 33 000 pessoas fora do mercado de trabalho formal, ou seja, 6 600 famílias. Isso significa que aproximadamente 45% da população se encontra desempregada ou subempregada. As formas de sobrevivência desta população variam desde os mais tradicionais tipos de biscates (vendas de produtos a domicílio, serviços de manutenção e reparação doméstica, engraxates, etc) até a existência, de forma institucional-

lizada, de mais ou menos 2 000 matriculados em sindicatos de estiva - os bagrinhos - que são típicos exemplos de subempregados.

As propostas de treinamento a serem apresentadas, devem atingir 1 100 pessoas, das quais 335 já estão empregadas. Das outras 775 pessoas a serem treinadas, uma parcela poderá ingressar no mercado de trabalho, enquanto a outra terá condições de sobreviver no mercado de trabalho informal, como autônoma. Se este treinamento for realizado para uma pessoa de cada família que está fora do mercado de trabalho formal e o mesmo resulte num acréscimo na renda familiar, isto significa que 3 875 pessoas serão beneficiadas por tal programa.

Como se pode observar, as propostas de ação deverão ter uma atuação pouco significativa na problemática atual do desemprego em Paranaguá.

Os dados apresentados vêm mais uma vez confirmar o que já foi exposto anteriormente: a problemática da população de baixa renda não está tanto na falta de qualificação, mas sim, principalmente na falta de oportunidade de emprego e nos baixos salários, que levam esta população a uma condição de carentes e marginalizados dentro da sociedade.

É de fundamental importância que um Estado superavitário como o Paraná, passe a ter uma política de emprego visando também reter no Estado a população saída do campo, bem como políticas de ação social com objetivo de reduzir os problemas sociais nas regiões mais carentes do Estado, entre elas Paranaguá.

3 - PROPOSTAS DE AÇÃO

Antes de se elaborar qualquer proposta de ação visando proporcionar um programa de treinamento voltado à população urbana de Paranaguá, algumas ressalvas devem ser feitas. A principal, e que já foi discutida no capítulo anterior, é que qualquer programa de treinamento não irá resolver a questão básica da mão-de-obra do Litoral que é a falta de empregos. Na verdade, este problema de certa forma escapa da esfera de decisão estadual, na medida que depende de definições de política de emprego e salários, que pertencem, em grande medida, a instâncias superiores. Uma outra limitação inerente ao próprio trabalho é a impossibilidade de se propor um plano de formação de mão-de-obra de alcance mais amplo.

Portanto, as propostas que se seguem são para o atendimento imediato das necessidades detectadas no diagnóstico. Elas foram agregadas em dois grupos: tanto para o atendimento do mercado de trabalho formal, como para o mercado informal. Antes, entretanto, de serem apresentadas, existe uma proposta global, que se aplica a quase todas as outras; razão pela qual será tratada em separado e em primeiro lugar.

3.1 - REMUNERAÇÃO DOS TREINANDOS

A presente proposta tem como justificativa o fato constatado na pesquisa de campo, de que em muitos casos, os cursos

têm uma demanda inicial, mas existe um abandono pelos alunos no decorrer do mesmo, por não poderem conciliar o curso com sua necessidade de sobrevivência. Em outras palavras, como esses alunos são parte da população de mais baixa renda, e têm como prática de vida "trabalhar hoje para comer amanhã", não podem ficar 2,3 e até 6 meses, conforme o curso, sem uma remuneração imediata. Em contato com o pessoal responsável por treinamento e também com a população, verificou-se que o tempo de duração dos cursos acaba sendo um dos principais fatores de evasão dos alunos, na medida que os mesmos não são remunerados.

Isto acarreta alguns prejuízos. Em primeiro lugar, para os órgãos responsáveis pelo treinamento (no Litoral, o Estado, via DETEPAR é responsável por parcela significativa), cujos cursos apresentam um índice de evasão acentuado. Com isso, o custo/aluno formado sobe assustadoramente, na medida em que o grau de aproveitamento é baixo. Em segundo lugar, e o mais importante, é que as pessoas que procuram esses cursos vêm suas expectativas de melhoria de vida frustradas, via a obtenção de um emprego mais especializado, pois têm que "optar" entre frequentar um curso ou fazer "bicos" para sobreviver. Um outra questão que reforça as já apresentadas, é que tanto os cursos de iniciação como os de especialização têm duração de 2 ou mais meses e, em muitos casos, dada a especialidade do mesmo, só podem ser realizados em período diurno.

Em função desses, propõe-se a criação de um mecanismo de manutenção dos alunos no período de treinamento, como forma de garantir a sua sobrevivência. A proposta é que, em todos os cursos a serem realizados, seja pelo próprio Estado, seja em convênio com outras instituições, o Estado ofereça uma bolsa de

estudos para cada aluno. A exceção a ser feita é no caso de treinamento solicitado pelas empresas, e que se destine aos seus funcionários.

O valor da mesma deve ser fixado posteriormente, dependendo da disponibilidade de recursos, nunca podendo ser inferior a 1 salário mínimo. Para efeito de definição dos custos de cada curso, serão apresentados cálculos sobre 01 salário mínimo em cada proposta específica.

A SEAD/CAR deverá gerenciar junto aos órgãos específicos - DETEPAR e FIDEPAR - a execução desta proposta.

3.2 - PROPOSTAS A NÍVEL DE MERCADO DE TRABALHO FORMAL

Este conjunto de propostas se destina a atender às necessidades das empresas, tanto em termos da mão-de-obra já alocada, como de uma demanda a curto prazo. A base para sua definição são as respostas do formulário que foi aplicado e as propostas baseiam-se apenas nos casos positivos, que em linhas gerais permitem 5 blocos, a saber: área de manutenção industrial; área de acabamento para a construção civil; área de supervisão e segurança de trabalho; relações humanas e serviços de vendas em geral.

Quase metade das empresas pesquisadas se recusaram a preencher o questionário. Como são empresas de mais de 20 empregados, pode-se concluir que, ou têm a sua demanda satisfeita, ou desconhecem os possíveis benefícios de um programa de treinamento.

Outra ressalva a ser feita é sobre a necessidade manifestada pelas indústrias de fertilizantes. No PROLITORAL foram

analisados detalhadamente os efeitos negativos da implantação dessas indústrias sobre a população de baixa renda (isto é, as remoções que provocaram, os problemas ecológicos, etc), levando a que se concluísse por nenhum incentivo maior por parte do Estado. No entanto, no período que separa um e outro estudo, houve a consolidação do parque de fertilizantes, via implantação de novas empresas, constatando-se que, se por um lado, apresentam aspectos negativos, de outro têm aumentado a oferta de empregos na cidade.

Portanto, as propostas aqui apresentadas para esta área, visam suprir uma deficiência sentida hoje, não podendo ser considerada como prioritária em termos de um programa mais amplo de treinamento, desde que mantida as condições atuais destas empresas. No entanto, se as mesmas adotarem medidas de controle de poluição, de melhoria nas condições de trabalho dentro das unidades de produção, este setor pode e deve ser tratado com prioridade, pois é um dos grandes absorvedores de mão-de-obra.

Embora na pesquisa de campo tenha se verificado a necessidade de treinamento de "Soldadores de Raio X" para atender à demanda das empresas instaladas em Ponta de Poço, optou-se pela não proposição desse tipo de treinamento por uma série de razões. Em primeiro lugar, esta mão-de-obra é específica para três empresas que atuam nesta obra; em segundo, porque, dado o alto grau de especialização exigido, as próprias empresas já possuem uma oficina-escola dentro da obra; e, em terceiro, porque sendo cursos altamente especializados, exigiria a instalação de uma base física de custo muito elevado e a utilização de

materiais de preço também muito alto.*

Além disso já houve uma experiência de treinamento de soldadores, realizada pelo SINE/PIPMO e SENAI, cujos resultados deixaram muito a desejar. A proposta que se faz, com base nessas constatações, é que estes órgãos mantenham um curso de iniciação em solda e que depois os alunos que forem aproveitados na obra, tenham o treinamento específico no local de trabalho.

Outra empresa que é grande absorvedora de mão-de-obra é a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina e que inclusive demonstrou interesse em treinamento para mecânicos, operadores de equipamentos, eletricitistas, além de gerentes de treinamento e financeiro. No entanto, como a APPA tem programa de treinamento interno e é uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes, propõe-se, neste caso, um convênio para treinamento realizado diretamente entre ela e o DETEPAR.

3.2.1 - Cursos na Área de Manutenção Industrial

Nesta proposta está inserido um bloco de cursos a serem ministrados para os operários da área de manutenção das indústrias de fertilizantes. O resultado da pesquisa de campo nessas empresas indicou a falta de pessoal especializado em Paranaguá na manutenção dos equipamentos industriais. Essas empresas (que hoje são em número de 13) resolvem suas deficiências, ou contratando pessoal sem a devida especialização e que não corresponde

*Só para citar um exemplo, num curso normal de 40 alunos, em 1 mês utiliza-se mais de 300 kg de Eletrodos para solda, cujo custo, em abril/81 superava Cr\$ 1 000 000,00.

às necessidades das mesmas, ou requisitando de outros centros. Neste último caso têm que oferecer uma série de vantagens para que esses trabalhadores se desloquem até Paranaguá. Em último caso, contratam um trabalhador que tenha "noções" de manutenção e enviam-no para treinamento em São Paulo, Porto Alegre e outros centros.

Em qualquer uma dessas formas utilizadas pelas empresas, para isoladamente resolver o problema da falta de mão-de-obra, tanto ela como o trabalhador da cidade saem perdendo. As empresas, por não terem a mão-de-obra com a qualificação exigida acabam tendo custos adicionais para conseguí-la. O trabalhador local por não ter a qualificação necessária, dificilmente é contratado.

Por esses motivos, propõe-se 5 cursos nesta área, que deverão atender inicialmente 100 trabalhadores já vinculados às empresas e que posteriormente poderão ser repetidos, caso haja demanda por parte das mesmas, com a devida ressalva apresentada no início deste item. Esses cursos, como se destinam nesta primeira etapa aos empregados das indústrias, deverão ser a nível de especialização, com duração a ser definida entre os órgãos executores e as empresas, e sem que o Estado ofereça bolsa de estudo, uma vez que este treinamento deverá ser em horário de trabalho.

Para a determinação real dos conteúdos, deverá ser feita uma investigação específica junto às empresas e, posteriormente, estruturado o programa de cada curso.

Como são cursos da área de indústria e que requererão equipamentos específicos para sua execução, propõe-se a utili-

zação da atual estrutura física do SENAI em Paranaguá. Para tanto, deverá ser firmado convênio entre a SEAD/CAR e DETEPAR, como órgãos do Governo do Estado, com o SENAI. Dependendo das condições das instalações do SENAI de Paranaguá, caberá aos órgãos competente entrar em contato com as empresas, no sentido de realizar o treinamento no próprio local de trabalho. O detalhamento de cada curso está no quadro 1.

3.2.2 - Cursos na Área de Acabamento para Construção Civil

Tradicionalmente a Construção Civil tem sido responsável pelos maiores volumes de emprego, seja através da construção imobiliária, seja pelas obras públicas de infra-estrutura. No Litoral Paranaense, isto também é verdadeiro, apesar de ocorrer períodos de relativa paralisação dessa atividade.

A mão-de-obra da Construção Civil, embora se constitua em grande maioria de operários não-especializados, apresenta um contingente expressivo de trabalhadores mais qualificados, como pedreiros, carpinteiros, armadores de concreto, pintores, pedreiros azulejistas, além de encanadores e eletricitas residenciais. O que foi visto na pesquisa com as empresas é que, se existe um excedente de operários não-qualificados, há falta de operários para a área de acabamento (pintores, pedreiros azulejistas, encanadores e eletricitas).

Embora se possa argumentar sobre o caráter cíclico dessa atividade, ela é, no entanto, a única que permite aos trabalhadores a sobrevivência como autônomos. Na verdade, quando não há emprego nas empresas de Construção, a grande maioria sobrevive fazendo "bicos", seja levantando um muro, seja fazendo uma

QUADRO 1 - CURSO NA ÁREA DE MANUTENÇÃO INDUSTRIAL

TÍTULO DA OCUPAÇÃO	ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	QUANTIDADE DE ALUNOS	NÍVEL	PRÉ-REQUISITOS		DURAÇÃO (Em horas)	LOCAL DO TREINAMENTO	CUSTO		ENTIDADES EXECUTORAS
				Exp.	Esc.			Aluno*	TOTAL	
Mecânico de Manutenção	Manutenção em geral: sistema de ar comprimido, correias transportadoras, transmissão, elevadores de esteira; Montagem de equipamentos industriais;	20	Especialização	a de- finir	a de- finir	200	C.F.P. SENAI	18 000,00	360 000,00	SEAD/CAR DETEPAR SENAI
Torneiro Mecânico	Confeção de peças para reposição	20	Especialização	Idem	Idem	150	C.F.P. SENAI	13 500,00	270 000,00	Idem
Mecânico de Pá Carregadeira	Consertos de pás carregadeiras utilizadas em indústrias de fertilizantes	20	Especialização	Idem	Idem	150	C.F.P. SENAI	13 500,00	270 000,00	Idem
Caldeireiro	Serviços de caldeiraria em geral e ajustagem mecânica	15	Especialização	Idem	Idem	200	C.F.P. SENAI	18 000,00	270 000,00	Idem
Soldador	Soldagem com solda eletro-oxigênio	25	Especialização	Idem	Idem	150	C.F.P. SENAI	13 500,00	337 500,00	Idem
Eletricista Industrial	Montagem de painéis e cortes elétricos em geral. Manutenção de correias transportadoras e elevadores.	25	Especialização	Idem	Idem	150	C.F.P. SENAI	13 500,00	337 500,00	Idem

FONTE: Fundação IPARDES - Pesquisa de Campo, ABR.-81

*O custo aluno/hora/aula calculado é de Cr\$ 90,00. É o dobro do custo previsto pelo SENAI em abril/81 para Paranaguá. Este custo deverá cobrir as eventuais reformulações de equipamentos, bem como a defazagem de tempo entre um cálculo e outro.

reforma, ou mesmo consertando uma instalação hidráulica ou elétrica.

Portanto, visando atender não só às necessidades das empresas como principalmente oferecer condições de melhores ganhos como trabalhador por conta própria, propõe-se um programa de treinamento nesta área. Estes cursos devem especializar esses profissionais e, por isso, serão mais longos que os atualmente realizados pelo DETEPAR. Para melhor visualização, os mesmos são detalhados no quadro 2.

3.2.3 - Treinamento na Área de Supervisão e Segurança do Trabalho

Nas atividades industriais de Paranaguá, principalmente nas indústrias de fertilizantes, nas montadoras de estruturas metálicas e no porto, uma das solicitações feitas em termos de treinamento, foi a formação de supervisores de segurança no trabalho.

Nessas empresas, segundo seus dirigentes, ocorrem uma série de acidentes de trabalho que acaba gerando um custo adicional às mesmas, razão pela qual necessitam treinar a média chefia para minimizar essas ocorrências. Do lado do trabalhador, a existência de pessoal treinado em segurança do trabalho, mesmo que não venha resolver todos os problemas relativos à segurança dos equipamentos e do seu manejo, já é uma garantia mínima de que a questão das condições de trabalho será considerada.

Segundo a pesquisa de campo, deverá ser ministrado um curso para aproximadamente 30 pessoas que na hierarquia funcional corresponde às chefias de setores. Como é para pessoal em-

QUADRO 2 - CURSOS NA ÁREA DE ACABAMENTO PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL

OCUPAÇÃO	ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	QUANTI- DADE DE ALUNOS	NÍVEL	PRÉ-REQUI- SITOS		DURAÇÃO (Em hora)	LOCAL DO TREINA- MENTO	CUSTO		ENTIDADES EXECUTORAS
				Exp.	Esc.			Aluno*	TOTAL	
Mestre de Obras**	Não consta	5	Especia- lização	-	-	-	-	-	-	
Pintor de Paredes	Não consta	30	Especia- lização	a de- finir	a de- finir	100	ã definir	12 464,80	373 944,00	SEAD/CAR DETEPAR
Pedreiros Azulejistas	Não consta	30	Especia- lização	Idem	Idem	100	Idem	12 464,80	373 944,00	Idem
Encanador	Não consta	20	Especia- lização	Idem	Idem	150	Idem	18 697,20	373 944,00	Idem
Eletricista Residencial	Não consta	20	Especia- lização	Idem	Idem	150	Idem	18 697,20	373 944,00	Idem

FONTE: Fundação IPARDES - Pesquisa de Campo - ABR.-81

*O custo aluno/hora/aula calculada é de Cr\$ 40,00, mais Cr\$ 8 468,80 de bolsa auxílio para cada 100 horas de aula.

**Não foi calculado o custo do curso de Mestre de Obras porque, dado o pequeno nº de alunos, não é possível formar uma turma, devendo o mesmo ser ministrado em Curitiba, para empregados das empresas de Construção Civil.

pregado, não deverá haver bolsa-auxílio, e as empresas arcarão com os custos do material necessário para cada aluno.

O curso deverá ser o que a FUNDACENTRO, órgão do Ministério do Trabalho, ministra em Curitiba, e, através de convênio com a SEAD/CAR e DETEPAR, o mesmo poderá ser aplicado em Paranaguá. As instalações para a realização ficarão sob responsabilidade do DETEPAR.

O custo previsto é de Cr\$ 65,00 aluno/hora/aula, que, em 264 horas/aula totalizará Cr\$ 514 800,00 para 30 alunos.

3.2.4 - Curso de Relações Humanas

Tanto as empresas comerciais como as industriais solicitaram que fosse ministrado cursos de Relações Humanas no Trabalho para seus funcionários. Como é um curso já tradicional e de conhecimento geral, propõe-se que o mesmo seja ministrado em Paranaguá, através de convênio da SEAD/CAR e DETEPAR com o SENAC, que já possui esse tipo de curso em sua programação.

Deverão ser treinadas em torno de 100 pessoas, divididas em várias turmas, sendo tanto pessoal da indústria como do comércio. Por ser um curso de curta duração (30 horas/aula), o mesmo deverá ser realizado nas empresas, em horário de expediente. Neste caso não haverá bolsa-auxílio. O custo total será de Cr\$ 90 000,00.

3.2.5 - Cursos na Área de Serviços de Vendas em Geral

Um dos problemas verificados na pesquisa de campo é a falta de pessoal qualificado para a área de vendas. Na verdade, a grande procura por empregos ocorre no setor terciário, embora

de forma diferenciada entre os seus vários ramos. Enquanto que para os "Serviços de Escritório" existe uma procura acentuada por parte da população, na área de "Vendas" esta procura é muito menor.

Analisando-se as aspirações da população, verifica-se que a procura de um trabalho burocrático se fundamenta na possibilidade, real ou imaginária, de galgar postos dentro dessa área. Assim, muitos consideram o serviço em um escritório, o trampolim para um emprego em banco ou mesmo no serviço público. Para essas pessoas, além de ser um emprego mais estável, é também considerado um "serviço limpo" (o oposto seria o trabalho diretamente vinculado à produção) e livre do "contato com o público". As atividades de vendas em geral são consideradas, segundo esta escala de valor, como um serviço subalterno, onde a remuneração depende não só do sucesso do vendedor como também de um contato com o público.

Estes esteriótipos aqui ligeiramente apresentados não se sustentam quando confrontados com a realidade. Como já foi visto anteriormente, quando do fechamento dos armazéns de café, Paranaguá teve uma diminuição absoluta também no contingente absorvido pelos serviços de escritório, acarretando um excesso dessa mão-de-obra na cidade. As conseqüências imediatas foram o rebaixamento nos salários pagos para a categoria e o estreitamento nas possibilidades de ingresso de novas pessoas nesses serviços.

O quadro que se tem hoje é de excesso de pessoal qualificado que, segundo o agente do SINE local, "quando existe oferta de um emprego para escritório, aparecem às vezes até cinquen-

ta candidatos".

A alternativa de emprego no terciário acaba sendo mesmo na área de vendas, que não possui uma oferta de mão-de-obra qualificada nos mesmos níveis que para a área de escritório. Apesar disso existem algumas ressalvas. A primeira delas é que embora seja a maior absorvedora de mão-de-obra, não se pode esquecer que a base do comércio local são as pequenas empresas familiares, que praticamente não demandam empregados. A segunda é que, segundo os dados da pesquisa, somente as grandes empresas solicitam mão-de-obra melhor treinada.

Mesmo com essas limitações, por ser uma alternativa de emprego para a população e também pelo custo relativamente baixo do treinamento, propõe-se uma série de cursos especificados a seguir. Como irão atender a demanda das empresas maiores, propõe-se que numa primeira etapa os mesmos sejam dirigidos ao pessoal já empregado, e que não se ofereça bolsa de estudo. Por estas razões, o horário de funcionamento deverá ser diurno.

Propõe-se também que seja aproveitada a experiência do SENAC nesta área, e que se faça convênios entre a SEAD/CAR, o DETEPAR e o SENAC para a realização dos cursos. Caberá aos órgãos do Estado e às empresas, a cessão da infra-estrutura necessária, enquanto que o SENAC deverá ceder instrutores e a parte do conteúdo dos cursos. O detalhamento dos cursos será feito no quadro 3.

3.3 - PROPOSTAS A NÍVEL DE POPULAÇÃO CARENTE

A questão básica de Paranaguá é a baixa capacidade de absorção da mão-de-obra disponível. Como o objetivo deste estu-

QUADRO 3 - CURSO PARA OS SERVIÇOS DE VENDAS EM GERAL

OCUPAÇÃO	ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	QUANTI- DADE DE ALUNOS	NÍVEL	PRÉ-REQUI- SITADOS		DURAÇÃO (Em horas)	LOCAL DO TREINA- MENTO	CUSTO		ENTIDADES EXECUTORAS
				Exp.	Esc.			Aluno*	TOTAL	
Vendedor	Atendimento ao cliente, emissão de notas fiscais, conhecimento do funcionamento das mercadorias, arrumação da mercadoria e loja	50	Qualifi- cação	ã de- finir	1º G.	150	ã defi- nir	7 500,00	375 000,00	SEAD/CAR DETEPAR SENAC
Vitrinista	Montar a exposição dos produtos na vitrine com preços e cartazes de propaganda	10	Qualifi- cação	Idem	1º G	230	ã defi- nir	11 500,00	115 000,00	Idem
Cobrador	Não consta	10	Qualifi- cação	Idem	2º G	100	ã defi- nir	5 000,00	50 000,00	Idem
Caixa	Operador de caixa registradora de supermer- cado	20	Qualifi- cação	Idem	1º G	75	ã defi- nir	3 750,00	75 000,00	Idem
Repositor de Estoque	Reposição e manutenção do estoque para ven- das	20	Qualifi- cação	Idem	1º G	100	ã defi- nir	5 000,00	100 000,00	Idem
Auxíliar de Crédito e Cobrança	Atendimento do cliente, confecção de cadastro e informações, análise das fichas cadas- trais	20	Qualifi- cação	Idem	1º G	150	ã defi- nir	7 500,00	150 000,00	Idem

FONTE: Fundação IPARDES - Pesquisa de Campo - ABR.-81

*O custo aluno/hora/aula previsto é de Cr\$ 50,00

do não é apresentar propostas que possam reverter esta situação, e nem foi possível realizar investigações desse cunho, decidiu-se propor algumas alternativas para a população que está fora do mercado de trabalho formal.

Não é demais retomar a questão de quem é esta população-alvo. Está sendo considerado aqui, o grupo de indivíduos* que não consegue penetrar ou permanecer no mercado de trabalho formal (ou numa relação de assalariamento). No entanto, as alternativas propostas também não se dirigem aos trabalhadores autônomos especializados, cujas atividades, embora não estejam no bojo do setor mais dinâmico da economia, lhes permitem uma remuneração semelhante ou mesmo maior do que se fossem assalariados.

Está sendo considerado, na verdade, o estrato de trabalhadores não-especializados, que possuem menor poder de barganha numa relação de trabalho, e que por isso estão sempre oscilando entre o assalariamento via trabalho não-qualificado, todas as formas de biscate e o desemprego aberto. A preocupação central consiste em elevar os seus rendimentos dentro do mercado informal, não impedindo que, com essa qualificação, tenha acesso ao mercado formal.

3.3.1 - Treinamento na Área de Reparação Doméstica

As formas de sobrevivência como não-assalariado para a população de baixa renda são, ao mesmo tempo, as mais diversas,

*Convém lembrar, no entanto, que é a família a unidade de produção e consumo.

de pouca estabilidade e de ganhos muito pequenos. Este tipo de população de Paranaguá não apresenta nenhum comportamento diferenciado, na medida em que vive de pequenos biscates, da pesca e de ingressos irregulares no mercado de trabalho formal.

Na pesquisa de campo verificou-se que muitas pessoas sobrevivem tentando ser um trabalhador por conta própria, mas enfrentam alguns entraves. O primeiro deles refere-se à demanda possível para esses serviços a serem realizados que, para garantir uma remuneração mínima, devem ser dirigidos aos estratos de melhor renda. Para isso, esses trabalhadores enfrentam outro problema que é a sua não-qualificação, fato que os impede de realizar um trabalho de melhor qualidade e que seja aceito por esses estratos.

Assim, muitas vezes esses grupos de melhor renda ficam sem ter acesso a esses serviços, enquanto muitas pessoas que poderiam vir a prestá-los, não o fazem por não saberem executá-los com a qualidade exigida. Fazem parte desses serviços toda a área da reparação doméstica, constituída da reparação e manutenção de eletrodomésticos, conserto de fogões, conserto de móveis e estofados, encanamento, eletricidade doméstica e os serviços de pedreiro.

O que se sabe, no entanto, é que nem toda a população terá reais condições de exercer esse tipo de ocupação, na medida que algumas exigem a posse de equipamentos mais ou menos caros, e até mesmo de pequenas oficinas. Ainda assim a proposta é válida porque o que se pretende não é resolver todo o problema do mercado de trabalho informal, e sim possibilitar uma melhor condição de renda a alguns dos seus membros.

Para tanto, propõe-se um treinamento que possibilite o aperfeiçoamento desses trabalhadores como autônomos. Como é um treinamento sem vinculação com empresas, o mesmo deverá ser feito nos Núcleos Comunitários existentes nas aglomerações de população mais pobre, como no Jardim Guaraituba e em Porto dos Padres; em escolas como na Ilha de Valadares e Vila Guarani; ou mesmo no Centro Social Urbano, só para citar alguns locais possíveis. Deverá contar com bolsa de estudo integral.

Como forma de geração de empregos locais, deverá ser investigada a existência de pessoas habilitadas em cada uma dessas atividades dentro da própria comunidade, para serem aproveitadas como instrutores.

Entre os cursos propostos aparecem cursos idênticos aos já oferecidos para a "Área de Acabamento em Construção Civil", portanto, propõe-se que os mesmos sejam realizados juntos, como forma de baratear os custos totais. Os cursos propostos estão especificados no quadro 4.

3.3.2 - Apoio à Associação de Artesãos

Não é demais afirmar que em Paranaguá existe um contingente expressivo de pessoas sem acesso a um emprego estável e mesmo sem uma remuneração que lhes garanta a sobrevivência dentro de padrões aceitáveis. Isto não se deve pela incapacidade individual dessas pessoas em realizar algum trabalho rentável, mas a fatores que já foram discutidos em outras etapas do trabalho.

Ao contrário, no contato com essa população, verifica-se a existência de um potencial de produção, principalmente na

QUADRO 4 - CURSOS NA ÁREA DE REPARAÇÃO DOMÉSTICA

OCUPAÇÃO	NÍVEL	Nº DE ALUNOS	DURAÇÃO (Em horas)	LOCAL DE TREINAMENTO	HORÁRIO	CUSTO		ENTIDADES EXECUTORAS
						Aluno*	Total	
Reparação e Manutenção de Eletrodomésticos	Qualificação	30	150	a combinar	Diurno	20 203,20	606 096,00	SEAD/CAR DETEPAR-SENAI
Conserto de Fogões	Qualificação	30	75	Idem	Diurno	10 101,60	303 048,00	Idem
Conserto de Móveis e Estofados	Qualificação	20	300	Idem	Diurno	40 406,40	808 128,00	Idem
Encanador	Qualificação	30	150	Idem	Diurno	20 203,20	606 096,00	Idem
Eletricista Residencial	Qualificação	30	250	Idem	Diurno	33 672,00	1 010 160,00	Idem
Pedreiros	Qualificação	30	150	Idem	Diurno	20 203,20	606 096,00	Idem

FONTE: Fundação IPARDES - Pesquisa de Campo - ABR.-81

*O custo aluno/hora/aula calculado é de Cr\$ 50,00 mais uma bolsa auxílio de Cr\$ 8 468,80 para cada 100 horas/aula.

área do artesanato. Embora não se possa afirmar que "todo o litorâneo é um artesão nato", em Paranaguá é significativo o número de pessoas que estão realizando trabalhos com cipó, taquara, barro, couro, madeira, corda, ferro, além dos já conhecidos "trabalhos manuais": crochê, tricô, bordado e macramê.

No entanto, como estas pessoas trabalham isoladamente, nem sempre possuem demanda para os seus trabalhos, o que acarreta uma produção irregular e que não cresce muito em termos da renda familiar.

Cabe destacar que somente em Paranaguá, segundo levantamento feito pela Secretaria de Estado da Cultura e Esporte,⁷ existem 450 artesãos cadastrados, o que demonstra sua importância em termos de sobrevivência dessas pessoas.

Portanto, o que se propõe é um programa de apoio às atividades de artesanato do Litoral, através da criação de mecanismos que possibilitem acesso fácil ao mercado e comercialização regular. Para tanto é necessário um trabalho de aglutinação e discussão com os artesãos dos seus próprios problemas e principalmente das formas mais práticas de resolvê-los. A preocupação com a organização pela base se deve às experiências já vividas no Litoral, em particular no caso da "Cooperativa de Artesãos", que embora exista legalmente, nada mais é que um órgão proposto de cima para baixo e que hoje não agrega artesãos.

A atual proposta é de que se discuta esta experiência,

⁷PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura e Esporte. Levantamento e mapeamento do artesanato e artesãos. /Curitiba, s.d./ mimeo.

no sentido de não se cometer os mesmos erros, e que se trabalhe preocupado com a organização dos artesãos para que as decisões sejam deles e não dos órgãos envolvidos.

Como será necessário realizar "in loco" todo o trabalho de organização dos artesãos, propõe-se que o mesmo seja executado por professores e alunos da Universidade Católica do Paraná, vinculados às atividades práticas dos cursos de Serviço Social, Ciências Sociais e Administração de Empresas, dentro do PROJETO LITORAL, no qual já estão envolvidos.

Devido aos problemas surgidos em experiências anteriores, caberá à CAR, como órgão de coordenação dos projetos na área, realizar a supervisão através de discussão, visitas e acompanhamento em campo.

A preocupação central é criar a forma mais viável de associação desses artesãos que lhes proporcione acesso ao mercado de maneira regular. Ao mesmo tempo, esta associação deverá ter condições de fazer frente aos intermediários, principalmente com relação aos produtos de cerâmica, vime, taquara, cipô e corda. Deverá não só contar com postos de vendas desses produtos como também capital inicial que possibilite ao artesão um pagamento à vista e com melhores preços que os pagos pelos intermediários. O capital de giro proposto deverá ser de Cr\$ 1 000 000,00.

3.4 - RESUMO DOS CUSTOS DO PROGRAMA DE TREINAMENTO

QUADRO 5 - DEMONSTRATIVO DOS CUSTOS DO PROGRAMA DE TREINAMENTO PARA PARANAGUÁ - 1981

CURSOS	Nº DE PES- SOAS EN- VOLVIDAS	CUSTO
1.1 - Mecânico de Manutenção	20	360 000,00
1.2 - Torneiro Mecânico	20	270 000,00
1.3 - Mecânico de Pã Carregadeira	20	270 000,00
1.4 - Caldeireiro	15	270 000,00
1.5 - Soldador	25	337 500,00
1.6 - Eletricista Industrial	25	337 500,00
TOTAL DE CURSOS NA ÁREA DE MANUT. INDUSTRIAL	125	1 845 000,00
2.1 - Mestre de Obras	05	a definir
2.2 - Pintor de Paredes	30	373 944,00
2.3 - Pedreiros Azulejistas	30	373 944,00
2.4 - Encanador	20	373 944,00
2.5 - Eletricista Residencial	20	373 944,00
TOTAL DE CURSOS NA ÁREA DE ACABAMENTO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL	105	1 495 776,00
3 - TREINAMENTO NA ÁREA DE SUPERVISÃO E SEG. NO TRABALHO	30	514 800,00
4 - CURSO DE RELAÇÕES HUMANAS	100	90 000,00
5.1 - Vendedor	50	375 000,00
5.2 - Vitrinista	10	115 000,00
5.3 - Cobrador	10	50 000,00
5.4 - Caixa	20	75 000,00
5.5 - Repositor de Estoque	20	100 000,00
5.6 - Auxiliar de Crédito e Cobrança	20	150 000,00
TOTAL DE CURSOS PARA OS SERVIÇOS DE VENDA EM GERAL	130	865 000,00
6.1 - Reparador de Eletrodomésticos	30	606 096,00
6.2 - Reparador de Fogões	30	303 048,00
6.3 - Reparador de Móveis e Estofados	20	808 128,00
6.4 - Encanador	30	606 096,00
6.5 - Eletricista Residencial	30	1 010 160,00
6.6 - Pedreiro	30	606 096,00
TOTAL DE CURSOS NA ÁREA DE REP. DOMÉSTICA	170	3 939 624,00
APOIO À ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS	450	1 000 000,00
TOTAL GERAL	1 110	9 750 200,00

FONTE: Fundação IPARDES

ANEXO 1 - TABELAS

TABELA A.1 - NÚMERO DE EMPRESAS EM PARANAGUÁ, SEGUNDO RAMOS DE ATIVIDADE - (ABSOLUTOS E RELATIVOS) - 1979.

RAMOS DE ATIVIDADE	NÚMERO DE EMPRESAS	
	ABSOLUTOS	RELATIVOS
Extração e tratamento de minerais	23	1,6
Indústria em geral	147	10,1
Indústria de utilidade pública	9	0,6
Construção civil em geral	26	1,8
Agricultura e criação de animais	7	0,5
Serviços em geral	475	32,5
Comércio em geral	713	48,8
Cooperativas	4	0,3
Fundações, entidades e associações de fins não-lucrativos	6	0,4
Administração pública direta e Autárquica	2	0,1
Sem código	50	3,4
TOTAL GERAL.	1 462	100,0

FONTE: Secretaria de Estado das Finanças, Federação do Comércio do Estado do Paraná, Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado do Paraná, Relação Anual de Informações Sociais - 1979, Sindicato dos Empregados no Comércio de Paranaguá, SINE - Paranaguá.

TABELA A.2 - RAMO DA ATIVIDADE PRINCIPAL, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - 1981.

RAMOS DE ATIVIDADE	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA				
	Estabelecimento Independente	Filial	Matriz	Não - especificado	Total
Fabricação de estruturas metálicas	0	4	0	0	4
Fabricação de adubos e fertilizantes e corretivos de solos	0	5	1	1	7
Construção Civil	1	0	1	0	2
Armazéns gerais e trapiches	0	3	0	1	4
Outros (indústria)	1	2	1	0	4
Outros (serviços)	4	2	1	0	7
Outros (comércio)	3	9	2	0	14
TOTAL	9	25	6	2	42

FONTE: Fundação IPARDES, Pesquisa de Campo - ABR. - 1981.

TABELA A.3 - RAMO DA ATIVIDADE PRINCIPAL, POR ANO DE FUNDAÇÃO DAS EMPRESAS PESQUISADAS - 1981.

RAMOS DE ATIVIDADE	ANO DE FUNDAÇÃO				Total
	Até 1970	de 1971-75	1976 em diante	não respondeu	
Fabricação de estruturas metálicas	0	0	4	0	4
Fabricação de adubos e fertilizantes e corretivos do solo	0	4	3	0	7
Construção Civil	1	1	0	0	2
Armazéns gerais e trapiches	3	0	1	0	4
Outros (indústria)	1	2	1	0	4
Outros (serviços)	2	0	3	2	7
Outros (comércio)	8	4	2	0	14
TOTAL	15	11	14	2	42

FONTE: Fundação IPARDES, Pesquisa de Campo - ABR. - 1981.

TABELA A.4 - ANO DE INÍCIO DAS ATIVIDADES DAS EMPRESAS PESQUISADAS, POR SETOR - 1981

ANO DE INÍCIO	SETOR			TOTAL	%
	Indústria	Serviço	Comércio		
Até 1970	2	5	8	15	35
1971 à 1975	7	0	4	11	26
1976 em diante	8	4	2	14	33
Não especificado	0	2	0	2	4
TOTAL	17	11	14	42	100

FONTE: Fundação IPARDES, Pesquisa de Campo - ABR. - 1981.

TABELA A.5 - NECESSIDADE DE TREINAMENTO DAS EMPRESAS PESQUISADAS,
POR SETOR - 1981

NECESSIDADE DE TREINAMENTO	SETOR			
	Indústria	Serviço	Comércio	Total
Sim	7	4	5	16
Não	10	7	9	26
TOTAL	17	11	14	42

FONTE: Fundação IPARDES, Pesquisa de Campo - ABR. - 1981.

TABELA A.6 - EXISTÊNCIA DE TREINAMENTO NAS EMPRESAS PESQUISADAS,
POR SETOR - 1981

EXISTÊNCIA DE TREINAMENTO	SETOR			
	Indústria	Serviço	Comércio	Total
Sim	8	2	4	14
Não	9	8	10	27
Não-especificada	0	1	0	1
TOTAL	17	11	14	42

FONTE: Fundação IPARDES, Pesquisa de Campo - ABR. - 1981.

TABELA A.7 - EXISTÊNCIA DE OCIOSIDADE E EXPANSÃO PRETENDIDA NAS IN-
DÚSTRIAS PESQUISADAS - 1981.

ESPECIFICAÇÃO	EXISTÊNCIA DE OCIOSIDADE	EXPANSÃO PRETENDIDA
Sim	8	1
Não	9	13
Não-respondeu	0	3
TOTAL	17	17

FONTE: Fundação IPARDES, Pesquisa de Campo - ABR. - 1981.

ANEXO II - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Uma das propostas iniciais do estudo era elaborar uma metodologia que fornecesse subsídios a qualquer programa global de formação de mão-de-obra. Esta metodologia, por outro lado, feitas as devidas adaptações, deveria ser usada pelos órgãos estaduais responsáveis pelo treinamento de mão-de-obra. Tendo em vista a limitação de tempo para o estudo, foi impossível executar este tipo de proposta, ficando o mesmo na elaboração de um programa de capacitação profissional, cujos procedimentos metodológicos básicos estão a seguir.

O programa de capacitação profissional abrangeu tanto a população que faz parte do mercado de trabalho formal quanto a que se encontra excluída deste mercado.

Como o objetivo básico do estudo foi apreender as necessidades de melhor qualificação desta população, a fim de se obter subsídios para a elaboração do programa de treinamento, um dos primeiros procedimentos consistiu na sistematização de uma metodologia que permitisse apreender essas necessidades.

Num segundo momento realizou-se uma pesquisa de campo junto às empresas (mercado de trabalho formal) e junto à população carente (cuja sobrevivência depende basicamente do mercado de trabalho informal), com a finalidade de testar a metodologia e colher as informações necessárias para o programa de

formação de mão-de-obra.

Complementarmente à pesquisa de campo, fez-se um levantamento dos investimentos realizados em Paranaguá e das previsões a curto prazo, a fim de detectar os setores de maiores possibilidades de absorção de mão-de-obra.

E, como etapa final, partindo da análise dos dados coletados, foram formuladas as propostas de ação para atender às duas populações-alvo da pesquisa: mão-de-obra absorvida pelas empresas e mão-de-obra desempregada ou subempregada-população carente.

1 - ÁREA GEOGRÁFICA

Sendo parte integrante do PROLITORAL, o atual estudo deveria abranger inicialmente todos os 6 municípios que compõem a microrregião do Litoral Paranaense. No entanto, algumas situações concretas obrigaram uma seleção de áreas específicas para se constituírem em objeto da atual pesquisa.

O primeiro critério de seleção foi a eleição das sedes urbanas, em detrimento da zona rural e dos distritos, isto se deu em função das dificuldades de mensuração das necessidades de treinamento de mão-de-obra rural, bem como da constatação de um pequeno contingente populacional residindo nestas áreas. Conforme foi visto no Capítulo 1, apenas 23% da população do litoral reside em zona rural.

Outro critério utilizado foi a existência de um volume considerável de população carente urbana nas sedes, dado este disponível no PROLITORAL. Por este critério, foram eliminados

os municípios de Antonina, Morretes e Guaraqueçaba. No caso desse último, a Fundação IPARDES, já estava desenvolvendo um projeto específico, razão pela qual o mesmo foi considerado mais uma vez fora do objeto dessa pesquisa.

Os municípios de Paranaguá, Matinhos e Guaratuba foram, então, os selecionados num primeiro momento. Além do volume maior de população carente a residente, esses municípios apresentavam algumas peculiaridades. Paranaguá, por ser o centro econômico da região, detém não só o porto, como as principais empresas, aglutinando também o maior contingente de mão-de-obra. Guaratuba e Matinhos sendo cidades-balneários, possuem uma relativa infra-estrutura de empresas neste ramo-hotéis e restaurantes, e ao mesmo tempo uma população flutuante muito acentuada: enquanto durante 8 meses do ano, a população fica em torno de 10 000 pessoas por sede, no período de temporada sobe para 200 000 a 300 000 pessoas.

Estando assim determinadas as sedes urbanas a serem pesquisadas, iniciou-se o levantamento das empresas existentes para se definir a pesquisa sobre o mercado de trabalho formal.

Nesta etapa se defrontou com algumas dificuldades:

- a) as fontes disponíveis - Secretaria das Finanças, Sindicatos de Trabalhadores e Sindicatos Patronais - utilizam critérios diferenciados de coleta das informações sobre as empresas, bem como variáveis distintas;
- b) mesmo tendo conseguido compor um cadastro das em-

presas por cidades, constatou-se que na sua maioria estava incompleto, principalmente pela falta do número de empregados.

Ainda assim foi possível verificar algumas situações, sendo a principal a constatação de um pequeno número de empresas em Matinhos e Guaratuba, o que fez com que se questionasse a validade da aplicação das pesquisas nesses municípios. No entanto, devido a falta de dados, resolveu-se manter os 3 municípios como área da pesquisa e dependendo do que se verificasse em campo, a área seria redefinida.

2 - DEFINIÇÃO DO UNIVERSO DA PESQUISA

Conforme o projeto da pesquisa, trabalhar-se-ia com 2 grupos distintos: de um lado a população carente e de outro as empresas. A justificativa para os 2 universos deve-se à existência tanto de população de baixa renda vinculada ao mercado de trabalho formal (nas empresas), como aqueles que estão sobrevivendo dentro do mercado informal.

2.1 - DEFINIÇÃO A NÍVEL DE EMPRESAS

Na elaboração do cadastro das empresas verificou-se que a maioria delas não possuía informações sobre o número de empregados. Após uma análise mais detalhada constatou-se que a maioria das empresas do Comércio Varejista, de Prestação de Serviços e mesmo as pequenas Indústrias são na verdade empresas familiares, cuja mão-de-obra ocupada são os membros da família que trabalham sem uma relação de assalariamento. Por este motivo estas empresas foram excluídas do universo da pesquisa.

TABELA 1 - TOTAL DE EMPRESAS EXISTENTES EM PARANAGUÁ, GUARATUBA E MATINHOS, POR RAMO DE ATIVIDADE - 1981

RAMOS DE ATIVIDADE	PARANAGUÁ				GUARATUBA				MATINHOS			
	Empresas				Empresas				Empresas			
	TOTAL	Com em- pregados	Sem em- pregados	Sem espe- cificação	TOTAL	Com em- pregados	Sem em- pregados	Sem espe- cificação	TOTAL	Com em- pregados	Sem em- pregados	Sem espe- cificação
Extração e tratamento de minerais	23	5	9	9	7	2	3	2	4	2	2	-
Indústria em geral	145	54	76	15	31	16	15	-	10	5	4	1
Indústria de utilidade pública	9	3	6	-	3	2	1	-	-	-	-	-
Construção Civil em geral	26	9	17	-	2	1	1	-	5	3	2	-
Agricultura e criação de animais	7	-	7	-	3	2	-	1	1	1	-	-
Serviço em geral	475	82	50	343	90	42	3	45	89	32	7	50
Comércio em geral	713	35	2	676	121	52	-	69	83	37	-	46
Cooperativas	4	2	-	2	4	4	-	-	-	-	-	-
Fundações, entidades e associações de fins não-lucrativos	6	2	-	4	3	3	-	-	1	-	-	1
Administração pública direta e autárquica	2	1	-	1	1	1	-	-	1	1	-	-
Sem especificação	50	-	-	50	3	2	-	1	3	2	-	1
TOTAL GERAL	1 462	193	168	1 101	268	127	23	118	197	83	15	99

FONTE: Secretaria de Estado das Finanças, Federação do Comércio do Estado do Paraná, Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado do Paraná, Relação Anual de Informações Sociais - 1979, Sindicato dos Empregados no Comércio de Paranaguá, SINE-Paranaguá.

TABELA 2 - TOTAL DE EMPRESAS QUE COMPÕEM O UNIVERSO DA PESQUISA POR
RAMOS DE ATIVIDADE - 1981

RAMOS DE ATIVIDADE	NÚMERO DE EMPRESAS					
	Paranaguá		Guaratuba		Matinhos	
	Total	Pesq.	Total	Pesq.	Total	Pesq.
Extração e tratamento de mi- nerais	-	-	-	-	-	-
Indústria em geral	19	15	2	-	-	-
Indústria de utilidade pública	1	-	-	-	-	-
Construção Civil em geral	5	2	-	-	1	-
Agricultura e criação de animais	-	-	-	-	-	-
Serviços em geral	19	10	1	-	2	-
Comércio em geral	21	13	2	-	2	-
Cooperativas	1	1	-	-	-	-
Fundações, entidades e associa- ções de fins não-lucrativos	-	-	-	-	-	-
Administração pública direta e autárquica	1	1	-	-	-	-
Sem especificação	-	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL	67	42	5	-	5	-

FONTE: Secretaria de Estado das Finanças, Federação do Comércio do Estado do Paraná, Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado do Paraná, Relação Anual de Informações Sociais - 1979, Sindicato dos Empregados no Comércio de Paranaguá, SINE- Paranaguá.

Resolveu-se num segundo momento checar as informações coletadas junto à Secretaria de Estado das Finanças, Federações de Trabalhadores e de Empresas do Comércio, com os dados disponíveis nos Sindicatos locais de Paranaguá, Guaratuba e Matinhos e na agência do SINE em Paranaguá. Após esta verificação, constatou-se que o número de empresas com mais de 20 empregados somava pouco mais de 100, ao mesmo tempo que eram responsáveis por quase todo o volume de emprego. A partir disso, optou-se por considerar universo da pesquisa, todas as empresas com mais de 20 empregados.

Ao se estabelecer este critério, verificou-se que Guaratuba e Matinhos teriam poucas empresas a serem pesquisadas. Quando do início da pesquisa nesses municípios, constatou-se que apenas 5 empresas existiam ainda, enquanto as outras ou haviam fechado ou tinham abaixo desse número de empregados.

Dado que um levantamento em tão poucas empresas não forneceria subsídios para um programa de treinamento, optou-se pela eliminação dessas 2 sedes do universo da pesquisa, ficando apenas Paranaguá.

A seguir estão as tabelas 1 e 2 com o resumo da reconstituição do universo, elaboradas segundo os critérios já descritos:

2.2. - DEFINIÇÃO A NÍVEL DE POPULAÇÃO CARENTE

Segundo o PROLITORAL,¹ fazem parte da população caren-

¹FUNDAÇÃO IPARDES. PROLITORAL - Programa de Apoio à População Carente do Litoral - diagnóstico e propostas de ação. Curitiba, 1980. 2v.

te todos aqueles que constituem a população de baixa renda, sem especificações das diversas categorias que a compõem, empregados, subempregados ou desempregados. São indivíduos vivendo situações de carência que, independente de algumas diferenças como ser ou não-assalariados, os coloca em equivalência em termos de condições mínimas de sobrevivência: habitação, saúde, educação, nutrição, saneamento, etc.

Paranaguá tem em torno de 13 bairros,* habitados predominantemente por este tipo de população, num total aproximado de 51 000 pessoas. Levando-se em conta que, em média, cada família se constitui de 5 membros, a população carente neste município abrange em torno de 10 200 famílias.

Devido à impossibilidade de mensuração exata desta população e do estabelecimento de limites precisos entre emprego e subemprego, não foi possível utilizar critérios rígidos de amostragem, nem instrumentos de coleta padronizados. O que se fez foi identificar espacialmente as comunidades mais carentes, quase sempre localizadas na periferia da cidade, e fazer a pesquisa em algumas destas comunidades.

*Vila Nova Divinéia, Vila Paraíso, Jardim Bom Menino, Bairro Posto Fiscal, Jardim Guaraituba, Jardim Santos Dumont, Vila América, Vila Guarani, Vila Paranaguá, Porto dos Padres, Serraria do Rocha, Costeira, Rússia.

O principal critério para a escolha das comunidades foi a existência de pessoas que desenvolviam um tipo de trabalho comunitário, assistencial ou não. O fator tempo contribuiu em grande parte para que se reduzisse o número de comunidades pesquisadas. Das 13 vilas listadas anteriormente, cinco foram tomadas com objeto de estudo: Posto Fiscal, Vila América, Posto dos Padres, Serraria do Rocha, e Vila Guarani.

A unidade básica do estudo foi a família e não os indivíduos, na medida em que no processo de geração da renda familiar, sempre mais de um membro da família participa.

3 - VARIÁVEIS PESQUISADAS

3.1 - A NÍVEL DE EMPRESAS:

- número de empregados
- atividade principal e secundária
- política de recursos humanos (programa de treinamento na empresa)
- necessidade atual de treinamento
- ocupações que necessitam de treinamento
- atividades básicas da ocupação
- pessoas empregadas na ocupação
- número de pessoas que precisam ser treinadas na ocupação
- treinamento dentro ou fora da empresa
- rotatividade de mão-de-obra
- disponibilidade de mão-de-obra no mercado local
- ociosidade das empresas
- previsão de investimentos

3.2 - A NÍVEL DE POPULAÇÃO

- formas de sobrevivência (tipo de atividade, predominância de ocupações)
- rotatividade de ocupação
- renda familiar
- condições de habitação, saneamento, transporte, saúde, educação
- problemas de emprego, qualificação, acesso ao mercado de trabalho formal
- organização da população para a discussão dos problemas

4 - INSTRUMENTOS DE COLETA

4.1 - A NÍVEL DE EMPRESA: FORMULÁRIO

4.2 - A NÍVEL DE POPULAÇÃO CARENTE

Na pesquisa com a população carente o instrumento utilizado foi a "pesquisa direta": a partir de um roteiro pre-estabelecido (a preocupação básica era levantar as variáveis consideradas essenciais), em função dos objetivos do estudo, fez-se uma entrevista aberta com as "lideranças" e pessoas com mais tempo na comunidade pesquisada. Tentou-se adotar sempre uma postura de privilegiamento do discurso do informante, levando-se em conta que o discurso é o veículo mais transparente daquilo que se define como "condições de sobrevivência", variável principal da pesquisa com este tipo de população.

A atitude que se procurou adotar neste tipo de entrevista foi a de aprendiz, isto é, tentou-se o máximo possível se

desvincilhar dos conceitos e preconceitos que sempre existem por parte do pesquisador. Neste sentido, embora se tivesse um roteiro preestabelecido em torno das questões consideradas básicas, preferiu-se a conversa aberta, na qual o informante utiliza categorias próprias, com interferência do entrevistador apenas para esclarecimentos de determinadas situações.

5 - REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO

5.1 - APLICAÇÃO DOS FORMULÁRIOS NA EMPRESA

Pensou-se, inicialmente, em preencher o formulário de forma direta, através do próprio entrevistador. A vantagem de se fazer o preenchimento direto está ligada ao fato de se poder detalhar melhor as respostas, bem como aprofundar-se mais em questões não contidas no formulário, mas importantes ao desenvolvimento da pesquisa.

Com o início da aplicação dos formulários, alguns problemas como limite de tempo, dificuldade de encontrar as pessoas que deveriam responder, impossibilidade de atendimento por parte do informante no momento da coleta das informações, etc não permitiram que se procedesse da forma acima descrita.

A única alternativa consistiu em deixar o formulário nas empresas na 1ª semana da pesquisa de campo e recolhê-lo na última. Este tipo de procedimento, se deve a vantagem de dar conta da pesquisa no tempo previsto, não permitiu um maior detalhamento das informações, não significando, entretanto, prejuízo nos resultados do estudo.

5.2 - ENTREVISTAS COM A POPULAÇÃO

Junto à população carente foram entrevistados moradores antigos das vilas, freiras, pessoas que desenvolviam trabalhos comunitários, padres, etc. Além dessas pessoas, entrevistou-se outras que, indiretamente, poderiam dar informações sobre como sobrevive essa população. Entre elas: senhoras do Rotary, médicos, direção do SINE local, sindicatos, etc.

Uma das dificuldades neste tipo de entrevista é o fato dela não seguir um esquema pré-fixado. O tempo tomado pela mesma, neste caso, é muito grande e, dado o pouco tempo para a realização deste estudo, o número de pessoas entrevistadas foi bem restrito.

6 - CHECAGEM E CONSISTÊNCIA DOS DADOS

No caso do formulário, aplicou-se antes do início da pesquisa de campo um pré-teste, a partir do qual se elaborou o formulário final. No decorrer de toda a coleta, os dados foram constantemente checados, seja no próprio formulário, seja através de informações complementares. Posteriormente à coleta, fez-se uma nova checagem no mento da tabulação. As planilhas utilizadas na tabulação são apresentadas a seguir:

COMUNICAÇÃO/ESCLARECIMENTOS

SENHOR EMPRESÁRIO,

ESTA PESQUISA TEM A FINALIDADE DE OBTER DADOS E INFORMAÇÕES QUE PERMITAM FORMULAR UM PROJETO DE "FORMAÇÃO PROFISSIONAL ADEQUADA A ECONOMIA REGIONAL LITORÂNEA".

A RESPONSABILIDADE PELA SUA APLICAÇÃO E POSTERIOR ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES, É DA FUNDAÇÃO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES, ENTIDADE VINCULADA À SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, E ESTÁ SENDO EXECUTADA POR CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - SEAD/CAR.

A FUNDAÇÃO IPARDES SE COMPROMETE A NÃO INDIVIDUALIZAR QUALQUER INFORMAÇÃO QUE PORVENTURA POSSA IDENTIFICAR SEU ESTABELECIMENTO.

AGRADECEMOS TODO E QUALQUER ESFORÇO DE V.Sa. NO SENTIDO DE PROPICIAR MEIOS AOS NOSSOS TÉCNICOS E PESQUISADORES, PARA QUE POSSAM EXECUTAR O SEU TRABALHO E CUMPRIR COM O OBJETIVO DESTA PESQUISA.

Qualquer informação adicional poderá ser prestada pela Fundação IPARDES. Rua Paraguassū, 478 em Curitiba/Pr.

CONTROLE DO PROCESSAMENTO DOS DADOS

A			E		
B			F		
C			G		
D			H		

01 - NOME DE FANTASIA DO ESTABELECIMENTO.

02 - ENDEREÇO

CIDADE: _____ BAIRRO _____

RUA: _____ Nº _____ FONE: _____

03 - RAZÃO SOCIAL DESTE ESTABELECIMENTO.

04 - EM QUE ANO FORAM INICIADAS AS ATIVIDADES?

05 - QUAL O CAPITAL SOCIAL DO ESTABELECIMENTO?

CAPITAL INICIAL Cr\$ _____

CAPITAL ATUAL Cr\$ _____

06 - ANOTE ABAIXO O TIPO DE DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA DESTE ESTABELECIMENTO.

1

Filial

2

Matriz

3

Estabelecimento independente - Sede Única

4

Membro de uma companhia ou grupo de empresas

07 - CASO NÃO SEJA SEDE ÚNICA, ANOTAR O NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DESTA EMPRESA OU COMPANHIA.

Nº no Paraná = _____

Nº em outros Estados = _____

08 - ATUALMENTE, QUANTOS FUNCIONÁRIOS ESTÃO TRABALHANDO NESTE ESTABELECIMENTO?

Funcionários do sexo Masculino _____

Funcionários do sexo Feminino _____

TOTAL DE FUNCIONÁRIOS: _____

09 - QUAL A ATIVIDADE PRINCIPAL DESTE ESTABELECIMENTO?

10 - E QUAIS AS ATIVIDADES SECUNDÁRIAS?

11 - ATUALMENTE, EXISTE NO ESTABELECIMENTO A NECESSIDADE DE ALGUM TIPO DE TREINAMENTO PARA O PESSOAL EM GERAL?

1 Sim

2 Não

PULE
PARA
A
QUESTÃO
14

12 - EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, ANOTAR O TIPO DE TREINAMENTO OU CURSOS NECESSÁRIOS.

13 - CASO SEJA NECESSÁRIO PROMOVER TREINAMENTO PARA O PESSOAL DESTE ESTABELECIMENTO, QUAL O MELHOR LOCAL E HORÁRIO.

Melhor Local: _____

Melhor Horário: _____

14 - EXISTE PROGRAMA DE TREINAMENTO DE PESSOAL NESTE ESTABELECIMENTO?

1 Sim

2 Não

PULE PARA
A QUESTÃO
16

15 - COMO É DESENVOLVIDO O PROGRAMA DE TREINAMENTO?

16 - ANOTE NOS ESPAÇOS A SEGUIR, POR OCUPAÇÃO, AS CARACTERÍSTICAS DAS OCUPAÇÕES EXISTENTES ATUALMENTE E QUE ESTEJAM PRECISANDO DE TREINAMENTO.

A1 - TÍTULO DA OCUPAÇÃO: _____

A2 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NESTA OCUPAÇÃO: _____

A3 - NÚMERO DE PESSOAS EXISTENTES NESTA OCUPAÇÃO: _____

A4 - TREINAMENTO NECESSÁRIO: _____

A5. *Escolaridade Exigida:* _____

A6 - PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NESTA OCUPAÇÃO: _____

A7 - NÚMERO DE PESSOAS A SEREM TREINADAS: _____

A8 - EM CASO DE ROTATIVIDADE, ONDE E COMO É CONSEGUIDA A REPOSIÇÃO.

A9 - QUAL A DISPONIBILIDADE DESTA OCUPAÇÃO NO MERCADO LOCAL?

- 1 Existe em excesso
 2 A oferta é normal
 3 Falta oferta
 4 Outro (descreva)

A10 - EM QUE ÁREA DO ESTABELECIMENTO É DESENVOLVIDA ESTA OCUPAÇÃO.

- 1 Produção
 2 Manutenção
 3 Gerência
 4 Administração
 5 Comercialização

16 - ANOTE NOS ESPAÇOS A SEGUIR, POR OCUPAÇÃO, AS CARACTERÍSTICAS DAS OCUPAÇÕES EXISTENTES ATUALMENTE, NO SEU ESTABELECIMENTO, QUE ESTEJAM PRECISANDO DE TREINAMENTO.

A1 - TÍTULO DA OCUPAÇÃO: _____

A2 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NESTA OCUPAÇÃO: _____

A3 - NÚMERO DE PESSOAS EXISTENTES NESTA OCUPAÇÃO: _____

A4 - TREINAMENTO NECESSÁRIO: _____

A5 - ESCOLARIDADE EXIGIDA PARA ESTA OCUPAÇÃO: _____

A6 - PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NESTA OCUPAÇÃO: _____

A7 - NÚMERO DE PESSOAS A SEREM TREINADAS: _____

A8 - EM CASO DE ROTATIVIDADE, ONDE E COMO É CONSEGUIDA A REPOSIÇÃO

A9 - QUAL A DISPONIBILIDADE DESTA OCUPAÇÃO NO MERCADO LOCAL?

- 1 Existe em excesso
- 2 A oferta é normal
- 3 Falta oferta
- 4 Outro (descreva)

A10 - EM QUE ÁREA DO ESTABELECIMENTO É DESENVOLVIDA ESTA OCUPAÇÃO?

- 1 Produção
- 2 Manutenção
- 3 Gerência
- 4 Administração
- 5 Comercialização

A1 - TÍTULO DA OCUPAÇÃO: _____

A2 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NESTA OCUPAÇÃO: _____

A3 - NÚMERO DE PESSOAS EXISTENTES NESTA OCUPAÇÃO: _____

A4 - TREINAMENTO NECESSÁRIO: _____

A5 - ESCOLARIDADE EXIGIDA PARA ESTA OCUPAÇÃO: _____

A6 - PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NESTA OCUPAÇÃO: _____

A7 - NÚMERO DE PESSOAS A SEREM TREINADAS: _____

A8 - EM CASO DE ROTATIVIDADE, ONDE E COMO É CONSEGUIDA A REPOSIÇÃO.

A9 - QUAL A DISPONIBILIDADE DESTA OCUPAÇÃO NO MERCADO LOCAL?

- 1 Existe em excesso
- 2 A oferta é normal
- 3 Falta oferta
- 4 Outro (descreva)

A10 - EM QUE ÁREA DO ESTABELECIMENTO É DESENVOLVIDA ESTA OCUPAÇÃO?

- 1 Produção
- 2 Manutenção
- 3 Gerência
- 4 Administração
- 5 Comercialização

21 - CASO A EXPANSÃO OU A ELIMINAÇÃO DE OCIOSIDADE IMPLIQUE EM GERAÇÃO DE NOVAS OCUPAÇÕES, PREENCHA OS DADOS ABAIXO, POR TIPO DE OCUPAÇÃO QUE VENHA A EXISTIR (Um quadro para cada ocupação)

A1 - TÍTULO DA OCUPAÇÃO:

A2 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NESTA OCUPAÇÃO:

A3 - PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NESTA OCUPAÇÃO?

A4 - NÚMERO DE PESSOAS A SEREM TREINADAS:

A5 - ESCOLARIDADE EXIGIDA PARA ESTA OCUPAÇÃO: _____

A1 - TÍTULO DA OCUPAÇÃO:

A2 - ATIVIDADE DESENVOLVIDAS NESTA OCUPAÇÃO:

A3 - PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NESTA OCUPAÇÃO?

A4 - NÚMERO DE PESSOAS A SEREM TREINADAS:

A5 - ESCOLARIDADE EXIGIDA PARA ESTA OCUPAÇÃO: _____

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. FUNDAÇÃO IBGE. Censo demográfico de 1980; resultados preliminares. Rio de Janeiro, IBGE, 1980. 79p.
02. _____. Censo demográfico Paraná 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1973. 807p.
03. FUNDAÇÃO IPARDES. PROLITORAL - Programa de Apoio à População Carente do Litoral - diagnóstico e propostas de ação. Curitiba, 1980. 2v.
04. _____. Viabilidade de aumento no volume de exportação de carga geral pelo Porto de Paranaguá. Curitiba, 1981. 97p.
05. PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura e Esporte. Levantamento e mapeamento do artesanato e artesãos. /Curitiba, s.d./ mimeo.
06. PINHO, Luiz Antonio Amatuzzi de. A importância do Porto de Paranaguá no Programa Nacional dos Corredores de Exportação. /s.L./ Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, 1980.